ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N. º 05/2019

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2019

INICIADA ÀS 14 HORAS E 49 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 20 MINUTOS.

_____

SUMÁRIO: **FL**

ABERTURA **02**

APROVAÇÃO DE ATAS **06**

EXPEDIENTE **07**

ANTES DA ORDEM DO DIA **08**

ORDEM DO DIA **43**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **85**

ENCERRAMENTO **86**

ATA N.º 05 / 2019

ABERTURA

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. **APROVAÇÃO DE ATAS**

   a) Ata n.º 04/2019 – Sessão Ordinária realizada no dia 28/06/2019

2. **EXPEDIENTE**

3. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

4. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

   4.1 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município

   4.2 Informação sobre Atividade e Contas das Empresas Municipais

   4.3 Regulamento de Gestão e Utilização das partes comuns dos prédios que integram o parque habitacional do Município da Covilhã

   4.4 Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso e estabelecimento de medidas preventivas

   4.5 Versão Final da Alteração do PDM da Covilhã e Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública

   4.6 Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020

a) *Aquecimento escolar*
b) *Acompanhamento do Serviço de Refeições aos alunos do Ensino Básico e Pré-Escolar*
c) *Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar e Componente de Apoio à família no 1.º ciclo*
d) *Comparticipação nas despesas correntes do funcionamento do Refeitório da EB do Canhoso*
e) *Apoio nas despesas do espaço do pré-escolar – Junta de Freguesia do Dominguiso*
f) *Fornecimento de refeições escolares*
g) *Transportes escolares*
h) *Contratação de Assistentes Operacionais para Escola Básica/ Jardins de Infância*
i) *Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Junta de Freguesia de Barco e Coutada*
j) *Assistente Operacional Acompanhamento de Crianças com Necessidades Específicas*

4.7 Relatórios de Inspeção:

- Relatório n.º 2017/1444 referente ao Proc. n.º 2016/238/A3/269 – Controlo do Endividamento e da Situação Financeira;
- Relatório n.º 2017/1458 referente ao Proc. n.º 2016/240/A3/270 – Controlo do Programa de Apoio à Economia Local

4.8 ARU – Centro Urbano de Vila do Carvalho

5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada **pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes e Senhor Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar que substituíram, na mesa, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, que não puderam comparecer à sessão**. -------

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição de Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel em substituição de António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição de Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. José Paulo Pina Simão, Carlos Alberto Matos Mendes em substituição de Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Tiago Santos Silva em substituição de Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Nelson Daniel Barata Russo em substituição de Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Mário Fernando Lucas Mendes em substituição de Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto.** ----------

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), António José Gonçalves Pinto (Orjais) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa).** -----

Verificada a existência de "quórum", o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** ----------

PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica, Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa, Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa, e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola e a Dra. Ivone Franco Correia. ----------

--- Esteve ainda presente o Senhor Provedor do Munícipe – Prof. Doutor José Ramos Pires Manso. ----------

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à apreciação, foi atribuída a palavra ao Membro Municipal Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) que fez a seguinte intervenção: ----------

"Em 28 de agosto de 2019, solicitei a V. Exa. a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, artigo 53.º, n.º 1, alínea a), com a seguinte designação: "Equipamentos públicos – Loteamento 8/98 – Refúgio-Eixo TCT". ----------

A 3 de setembro, enviei a V. Exa. a documentação relativa a tal ponto, na qual constava ofício da Junta de Freguesia dirigido ao Senhor Presidente da Câmara e respetivos anexos. ----------

Constatando que a Ordem de Trabalhos não incluía o ponto por mim indicado, solicitei esclarecimento sobre os fundamentos legais já que foram cumpridas todas as premissas que a Lei consagra para a indicação de pontos por Membros da Assembleia Municipal. ----------

Respondeu V. Exa., entre outros considerandos certamente lavrados pelos serviços do Município, que nada obsta a que o assunto seja tratado no ponto da Ordem de Trabalhos referente ao Período do Antes da Ordem do Dia. ----------

Sobre esta decisão, teria à disposição o artigo 29.º da Lei 75/2013 que refere que *"Das deliberações da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário"*. Ainda assim, não irei utilizar esta figura e intervirei no ponto do Antes da Ordem do Dia. Mas queria fazer a ressalva de que, no futuro, a Assembleia não pode ficar refém de discutir e de deliberar apenas os pontos da Ordem de Trabalhos apresentados pela Câmara Municipal e que deve dar espaço aos seus membros, conforme previsto na Lei, de indicar pontos para discussão e apresentação pública neste plenário." ----------

Não havendo mais intervenções, a Ordem de Trabalhos foi colocada à votação, tendo a mesma sido ***aprovada por unanimidade***. ----------

ORDEM DE TRABALHOS

1. APROVAÇÃO DE ATAS

a) ATA N.º 04/2019 – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/06/2019

--- Foi submetida a ata, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, não tendo havido intervenientes. Colocada à votação, foi a mesma ***aprovada por unanimidade.***

--- Não participaram na votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Membros Municipais: **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP), Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) e Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)**. ----------

2. EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: ----------

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a Declaração de Voto relativa à Proposta de Lei n.º 148/XIII/3:ª que "Aprova a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território", votada no passado dia 14 de junho; ----
- Email da Direção Distrital de Castelo Branco do SPRC a remeter abaixo-assinados sobre a Descentralização na área da Educação; ----------
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, o Projeto de Lei - PJL 1244 – XIII-4.ª - Estabelece o regime de financiamento permanente do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos; ----------
- Email Ana Catarina Sanches Infante a manifestar preocupação com os contratos de exploração de lítio e de outros minerais que estão a ser assinados em Portugal; ----------
- Email do Gabinete Eleitoral da CDU a remeter, para conhecimento, programa eleitoral da CDU; ----------
- Ofício n.º 6656 do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção do Voto contra a continuidade do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz; ----------
- Carta da Família de João José de Jesus Muxagata a agradecer as manifestações de pesar ao seu familiar; ----------
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para informação, o Balanço da Atividade na Assembleia da República nesta XIII Legislatura; ----------
- Bloco de Esquerda a apresentar Abaixo-assinado para restituição de ATM ao Parque Industrial do Tortosendo. ----------

3. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O **Partido Comunista Português**, na voz do Senhor **Prof. Vítor Reis Silva**, fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: ***(Doc. 01)*** ----------

"Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, ----------
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, ----------
Exmo(s). Senhores Vereadores, ----------
Exmo(s). Senhores e Senhoras Deputados Municipais, ----------
Minhas Senhoras e meus Senhores, ----------

Plano de Mobilidade da Covilhã----------

Em 30 de Abril de 2019 afirmámos nesta Assembleia que a ideia da bilhética integrada pretendia colocar o cidadão a pagar o que hoje é serviço público. ----------
Afirmámos discordar da introdução do pagamento dos ascensores e funiculares. ----------
Quanto aos passes defendemos a sua existência com a diferenciação dos seus valores a nível concelhio e a nível da CIM e inter CIMS abrangendo o eixo Guarda – Covilhã – Castelo Branco.--

Defendemos a nível concelhio um passe que integre os três operadores de transportes públicos concessionados (a Auto Transportes do Fundão, Covibus e Transdev) para a população residente no Concelho da Covilhã, de S. Jorge da Beira a Verdelhos. ----------

Ao nível da CIMs, um passe que integre os transportes rodoviários e o ferroviário. ----------

O que temos e é conhecido, hoje? ----------

Não existe passe social intermodal com utilização em todos os operadores do concelho e ou região. ----------

Existem reduções percentuais diferenciadas. ----------

Temos um território dividido com intervenção de duas entidades gestoras de transportes públicos, a CIMBSE e a Câmara Municipal. ----------

Uma trata dos transportes rurais (com duas transportadoras – a ATF e a Transdev) e a outra dos transportes da grande Covilhã, do Tortosendo ao Teixoso, em fase de concessão.----------

Ora, é a propósito desta concessão, da qual só conhecemos algum conteúdo através da comunicação social, que desejo refletir e partilhar convosco. ----------

Tivemos notícia que a Câmara pretende efetuar a concessão de um Sistema de Mobilidade da Covilhã que integra: ----------

- Os transportes com novos circuitos ----------
- O estacionamento nos silos do Pelourinho, Sporting e Estação ----------
- O estacionamento à superfície – 300 lugares ----------
- Os elevadores e funiculares ----------
- As bicicletas elétricas e trotinetes ----------

Com um passe único, prevendo os 50% aos portadores do cartão social municipal e gratuito para os alunos até ao 12º ano. ----------

A propósito destas intenções, que teve o voto favorável dos eleitos do PS e do CDS, estando ausente o senhor Pinto, vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos Eleitores (DNCovilhã), fazemos as seguintes apreciações: ----------

1 - A Câmara gerida pelo PS, com apoio, pois claro, do CDS, pretende privatizar toda a mobilidade na cidade numa concessão por dez anos, e nós, eleitos da CDU, discordamos. -------

2 – Consideramos que talvez fosse tempo, de mudarmos o paradigma do serviço de transportes urbanos com a constituição de uma empresa municipal de transportes, em vez do pagamento de rendas a uma parceria público privada (a nossa PPP de transportes) que tem o lucro garantido com o financiamento municipal da exploração do serviço. ----------

Pelo menos que se garanta o serviço com viaturas elétricas e de dimensões adequadas às caraterísticas da nossa urbe, dos bairros e necessidades das populações de acesso aos locais de trabalho e serviços públicos. ----------

Deverá, por outro lado, para além da ideia da ligação às Penhas da Saúde, criar-se uma linha de transporte que ligue, no fim de semana, as freguesias rurais à sede do Concelho, período em que a ATF e a Transdev não têm qualquer oferta de serviço. ----------

3 – Discordamos da privatização da exploração do silo do Pelourinho, deve manter-se na gestão municipal, possibilitando políticas de promoção do centro histórico; ----------

4 – Discordamos do arrendamento do silo do Sporting, porque desnecessário ao nível da procura existente e um desperdício de recursos financeiros municipais (500 mil euros nos 10 anos). ----------

5 – O silo da estação (que atualmente é gratuito) tem por base um protocolo, assinado pela CMC e Comissão da Fábrica da Igreja, de que a esta usufrui do mesmo durante 40 anos (penso que teve início em 1999). Após estes 40 anos é que reverte para a Câmara. Recorde-se, ainda, que a Câmara investiu neste silo milhares de euros, tendo por base o protocolo assinado. -------
Como se encontra este processo? ----------
O protocolo foi denunciado? ----------

6 – Discordamos da existência de estacionamento pago à superfície.----------

Nem dos 120 que a Câmara do PSD não garantiu ao concessionário do Silo do Pelourinho, daí a cessação da concessão e o pagamento dos cerca de 9 milhões de Euros pela CM, nem os duzentos que a Câmara afirma que tem, nem os novos 100 na zona da Estação e Avenida Europa. Aqui acompanhamos a opinião do senhor presidente da Associação Comercial da Covilhã. A revitalização do comércio na zona histórica não se compadece com estacionamentos pagos quando a concorrência dos Hiper – Mercados oferece estacionamento gratuito. ----------
Afirmam que o primeiro carro do agregado não paga, pois, não paga, recorde-se que todos os fogos naquelas zonas já têm, obrigatoriamente, estacionamento privado, todos os restantes carros irão pagar, o que vai onerar o orçamento das famílias, como se não bastasse a TOS. ------

7 – **Quanto aos elevadores e funiculares** registamos o recuo da Câmara quanto à população abrangida. Afinal, existe algum bom senso. ----------

Porém, como vai a Câmara operacionalizar a isenção dos residentes no concelho e o pagamento pelos turistas? ----------

Os residentes da Covilhã com passe urbano utilizam? E os que não têm passe urbano, são turistas? ----------

Que título ou passe deve ter um residente no Paul, em S. Jorge da Beira ou em Verdelhos, quando se desloca à Covilhã e quer utilizar os elevadores e os funiculares? ----------

8 – As Bicicletas elétricas e trotinetes são um investimento municipal e comunitário que devem ser geridas pelo município. Ainda não se encontram concretizadas e confirmada a sua utilidade e procura, já se quer privatizar. Discordamos, pois claro. ----------

9 – Passe gratuito aos alunos até ao 12º ano. Boa medida. ----------

Porém, os alunos do Secundário do resto do Concelho (transportados pela ATF e Transdev) continuam a comparticipar os passes de transporte? ----------

As famílias e os alunos são penalizados porque vivem numa freguesia do meio rural? ----------

Existe algum bom senso em deixar de fora estes alunos do passe gratuito? ----------

Viver na cidade é privilégio de alguns e castigo para os outros?----------

Onde se encontra a equidade? A igualdade de oportunidades? ----------

É necessário cumprir o Princípio da Igualdade previsto no CPA e na Constituição da República. -

Disse----------

Os eleitos do PCP" ----------

--- Tomou a palavra o Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva**, pelo **Partido Social Democrata**, que fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida, ilustrada com diapositivos: ***(Doc.02)*** ----------

"Covilhã, 20 de setembro de 2019----------
Cumprimentos. ----------

O anúncio da existência de um plano de mobilidade para o concelho da Covilhã significa que o mesmo foi trabalhado e pensado para que os resultados sejam os melhores. ----------

A primeira questão que se coloca tem a ver com o estacionamento no centro da cidade, nomeadamente nos silos. ----------
Como todos estamos recordados o Dr. Vítor Pereira, enquanto vereador na oposição, votou contra a proposta de arrendamento que estava acordada com a empresa proprietária do silo do pelourinho. ----------
No final desse arrendamento o Silo passava a ser propriedade do município. ----------
Enquanto Presidente, o Dr. Vítor Pereira afirmou nesta assembleia que a solução de arrendamento que chumbou **não** era uma "boa solução" dizendo que era muito onerosa. AMC – 25.09.2015----------

Agora, opta pelo arrendamento do silo do Sporting. ----------

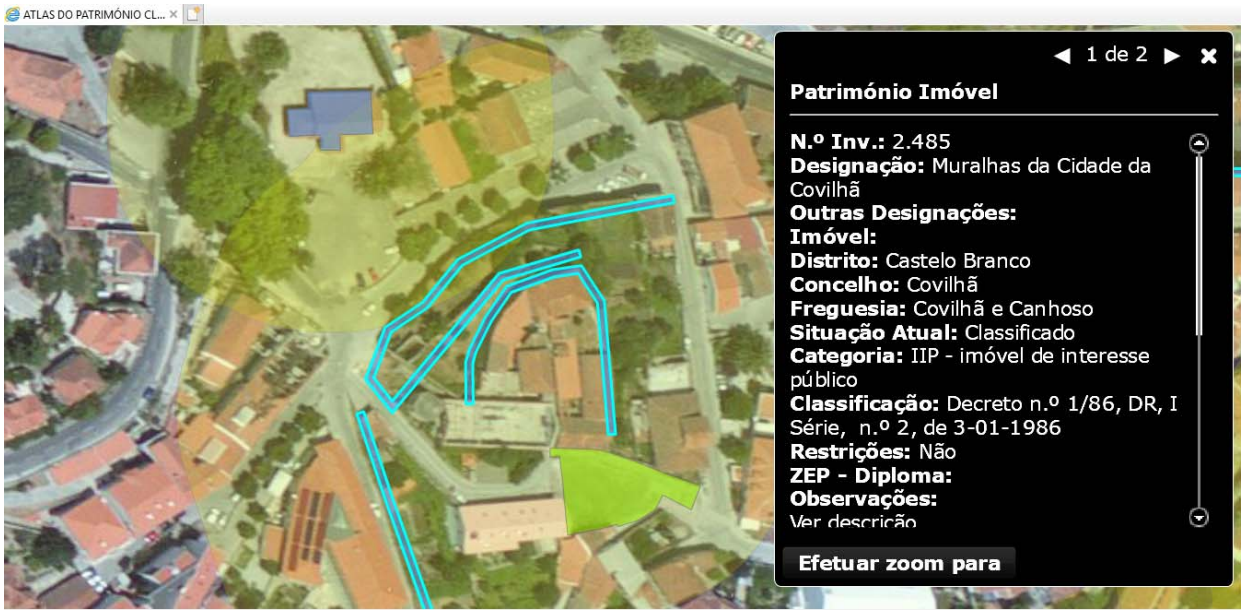
Hoje com juros e *spreads* baixos e com liquidez disponível e para manter a coerência do passado a Câmara da Covilhã deveria ter comprado o Silo ao Sporting da Covilhã. ----------
Não se entende esta dualidade de critérios para aquisição de um silo e ao lado a opção é arrendar o outro Silo. ----------

Um Plano de Mobilidade como aquele que tem sido anunciado tem a obrigatoriedade de ser pensado com rigor e detalhe para que não tenha falhas. ----------
Um Plano de Mobilidade não deve sacrificar o património. Deve antes respeitá-lo e, se possível, valorizá-lo. ----------

O caso que aqui apresentamos fica localizado em frente à capela do Calvário.----------

Nesse local está instalado um posto de carregamento para cerca de 8 bicicletas eléctricas. ------
Essa instalação representa um atentado ao património. ----------
Conforme se pode ver, a localização deste posto de carregamento tapa uma das entradas para o interior das Muralhas da Cidade da Covilhã. ----------
Este imóvel, classificado como de interesse público, passou a ter à porta um posto de carregamento de bicicletas eléctricas com os prejuízos que a imagem comprova. ----------

Sendo um Plano de Mobilidade com anos de trabalho, presumivelmente visto e revisto, torna-se difícil de explicar uma situação destas. ----------



Na imagem que podemos ver estão assinaladas as muralhas da cidade e conseguimos entender melhor porque não deve ali estar colocado este posto de carregamento de bicicletas. ----------

Aliás, é um local próximo deste auditório da Assembleia Municipal. Podem no final desta reunião passar por lá e verificarem. ----------

Perguntamos se o IGESPAR foi consultado para ali construírem aquele posto de carregamento de bicicletas eléctricas? ----------

Mobilidade Eléctrica. ----------

Há 4 anos que se fala de um Plano de Mobilidade mas até hoje não existe nenhum posto público de carregamento público de carros eléctricos no concelho da Covilhã. ----------

Desde 2013 que a rede de Postos de Carregamento de veículos elétricos é uma realidade por todo o país. ----------

Como se pode ver pela imagem, as cidades da Guarda, Castelo Branco e Viseu concentram uma quantidade considerável de Postos de Carregamento beneficiando há vários anos de carregamentos gratuitos. ----------

Durante os últimos 6 anos a Covilhã passou ao lado da expansão desta rede e ainda hoje não temos um único posto público de carregamento gratuito disponível no concelho. ----------
Até a Vila de Oleiros tem um posto de carregamento gratuito para veículos eléctricos. ----------

Vila do Carvalho. ----------

Num Plano de Mobilidade para um concelho supõe-se que os presidentes de junta sejam escutados. ----------
O Presidente da Junta de Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho disse recentemente numa entrevista que tem um projecto financiado para colocação na freguesia de um Posto de carregamento de veículos eléctricos e aquisição de um veículo eléctrico para a junta de freguesia. ----------

Questionado nessa entrevista sobre a execução deste projecto respondeu que está prestes a ser **perdido**. ----------
Explicou que tem de ser a Câmara da Covilhã a comparticipar os 30% da componente própria porque senão, nem carro eléctrico para freguesia, nem posto de carregamento. ----------

O que é difícil de explicar é como é que um Plano de Mobilidade de que falam há anos não conhece nem garante que este projecto seja concretizado? ----------

COVIBUS ----------

Há situações que são inexplicáveis quando estamos a falar de um "plano". ----------
Este executivo deixou terminar a actual concessão de transportes com a "Covibus" sem que tenha negociado com tempo, e a tempo uma nova concessão. – RCB – 30.08.2019 ----------
A partir de setembro de 2019, a Covilhã tem um contrato de prestação de serviços com uma empresa de transportes. ----------
Vejam a precariedade a que a Covilhã hoje está sujeita ao nível de transportes públicos. Um "plano" nunca deixaria que se chegasse a uma situação destas. ----------

Um Plano de Mobilidade quer-se moderno. Hoje não é possível pensar a nova concessão de transportes da Covilhã sem que a frota de autocarros seja completamente renovada. ----------
Uma frota renovada com autocarros novos, com zero kms e que não utilizem combustíveis poluentes. ----------

Ninguém poderá aprovar uma nova concessão de transportes na Covilhã sem, pelo menos, garantir o que acabo de dizer. ----------

Marco Aurélio Silva----------
Membro da Assembleia Municipal da Covilhã." ----------

--- Tomou a palavra o Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira**, pelo **CDS – Partido Popular**, que fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: ***(Doc.03)*** -

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa ----------
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal ----------
Exma. Sra. e Srs. Vereadores ----------
Sr. Provedor do Munícipe ----------
Sras. e Srs. membros da Assembleia Municipal ----------
Sras. e Srs. Presidentes de Junta ----------
Público presente e representantes da Comunicação Social ----------

Caros Concidadãos ----------

Arrancou esta semana mais um ano escolar, queria por isso desejar a todos os alunos, professores, auxiliares e encarregados de educação um ano de sucesso bem como dar as boas vindas a todos os novos alunos da Universidade da Beira Interior. ----------

Este ano que agora arranca está marcado pelos novos desafios que o município enfrenta e pela falta das habituais conturbações originadas pelos atrasos na colocação de professores, esperemos que não seja apenas uma questão relacionada com período pré-eleitoral que vivemos e que no futuro os anos escolares possam arrancar desta forma. ----------

O assumir de novas competências na área da educação por parte da Camara Municipal da Covilhã, decidido por esta Assembleia acarreta grandes responsabilidades. A posição da nossa bancada sempre foi clara em relação a esta matéria, não achamos aceitável que eventuais dificuldades ou limitações financeiras do município venham prejudicar as condições de que os alunos do nosso concelho dispõem, ao contrário do que um membro desta assembleia aqui afirmou, esperamos antes ver resolvidos temas como a remoção das coberturas de amianto no parque escolar do concelho, a requalificação de infraestruturas do agrupamento Frei Heitor Pinto, a redução do tempo para realizar pequenas intervenções de reparação ou substituição de equipamentos, tão simples como substituição de uma lâmpada ou um *toner*, melhorias nas redes informáticas que hoje servem as escolas. Enfim gostaríamos de ver um município que coloque ao dispor dos alunos condições para avançar e que no futuro quando alguém escolhe o nosso concelho para viver a Educação seja um fator diferenciador pela excelência e qualidade não algo que ajude a promover o êxodo. ----------

Não podia terminar esta intervenção sem deixar de apelar a todas as forças políticas presentes nesta assembleia, para aquilo que deve ser o nosso maior objetivo, a mobilização não apenas do nosso eleitorado, mas sim do número máximo de pessoas para o exercício do seu dever cívico no próximo dia 6 de outubro, e formular o desejo de que os eleitos nesse dia possam ser uma voz não só do distrito mas de todo o interior. ----------

P´la bancada do CDS-Partido Popular ----------
João Vasco Caldeira" ----------

--- Usou da palavra o Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro**, pelo **Movimento De Novo Covilhã**, que iniciou manifestando o seu protesto pela escolha da data e hora da presente sessão, justificando que, "para quem tem outras profissões para além da política, é sempre um pouco complicado, por vezes, fazer a conciliação entre as suas vidas profissionais com a atividade que aqui exerce de forma gratuita e por autêntico *amor à camisola*, neste caso concreto à cidade e ao concelho da Covilhã. ----------
Mais uma vez solicitava que, relativamente ao agendamento, se tentasse estabelecer sempre datas mais precisas para que todos nós, nomeadamente aqueles que têm outras profissões, pudessem programar as suas vidas profissionais." ----------

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: ***(Doc.04)*** ----------

"Exmo. Senhor Presidente ----------
Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã ----------
Exmos Membros da Mesa da Assembleia ----------
Municipal da Covilhã ----------
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal ----------
Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal ----------
Exmos Deputados Municipais ----------
Meus Senhores e Minhas Senhoras ----------

O passado mês de agosto e face à forma como geriu e planeou a greve dos motoristas de matérias perigosas, constitui uma das maiores ações de propaganda de que há memória. -------

Num governo de esquerda e apoiado por partidos de esquerda foram utilizados todos os mecanismos tendo em vista ao cumprimento de serviços mínimos, alguns dos quais fixados a cem por cento, tendo inclusive alguns grevistas sido interpelados através das forças policiais para a necessidade de retomarem suas funções sob pena de praticarem um crime de desobediência tendo em vista o cumprimento dos referidos serviços mínimos. ----------

Por outro lado foram grevistas substituídos por militares a quem foi dada uma rápida e célere formação, com as consequências daí decorrente. ----------

Nada visto após o 25 de abril. Mas praticado por um governo de esquerda. ----------

Num diferendo privado entre empresas e trabalhadores do sector privado, o que foi discutido, objeto de diversificadas interpretações políticas e o que fica para debate, é a ação do Estado: De que modo é que as decisões do governo na imposição dos serviços mínimos e na requisição civil limitou o direito à greve e até que ponto é legitima a substituição de grevistas por militares, são as questões que se colocam. ----------

Na nossa opinião quando existem diferendos entre partes, o processo negocial é o único de onde pode resultar uma resolução e, mantendo-se o conflito, o local para ser dirimido é o sistema judicial. Mas não foi isso que aconteceu. ----------

Abriram-se precedentes para conflitos laborais que haja no futuro. ----------

Utilizará o governo a requisição cível em todo e qualquer conflito laboral com repercussão nacional? Substituirá grevistas por militares? Perseguirá grevistas para cumprirem sob ameaça de prisão, os serviços mínimos? Com os professores, com os enfermeiros, com os estivadores?

Atento ao que já se passou com os motoristas de veículos pesados de mercadorias perigosas, as respostas devem ser afirmativas... a ver vamos! ----------

0 atual governo dá-se mal com quem não está de acordo. Tal comportamento constitui perigo para a democracia. A Ordem dos Enfermeiros e após ter um conflito com o governo, foi objeto por parte deste de uma sindicância. O Sindicato dos Motoristas Independentes e na pendência do conflito foi objeto de uma queixa governamental por causa da legalidade dos seus Estatutos.

Um programa da RTP de investigação jornalística, apresentado por Sandra Felgueiras e no qual foram objeto de investigação pessoas relacionadas com o atual governo, foi suspenso. ----------

Conforme diz António Barreto, tais situações são perigosas para a democracia e torna este governo com contornos de autocracia nunca vista em governos anteriores. ----------

Por isso, todo e qualquer governo deve respeitar quem pensa de forma diferente. Seja de direita ou de esquerda. ----------

Haja bom senso. Haja respeito pelas minorias. Haja respeito pela democracia. ----------

Hoje e sempre, esteja quem estiver no governo, que se cumpra ABRIL. ----------
Para bem da democracia----------
Para bem de Portugal. ----------

O Presidente do Grupo Parlamentar----------
De Novo Covilhã" ----------

--- Pelo **Partido Socialista**, tomou a palavra o Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro que**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando sobre política nacional. ----------

"Está a chegar ao fim uma legislatura. Vamos ter eleições legislativas no início de outubro e, em nome da bancada do Partido Socialista, não podia de deixar de me congratular com aquilo que foram os avanços conseguidos nestes quatro anos de governo, naquilo que foi a reposição da qualidade de vida, do rendimento e das condições dos portugueses. ----------

Foram quatro anos de esforço, inovadores do ponto de vista político na solução construída a nível da Assembleia da República, mas parece-me que hoje é evidente a todos, nomeadamente aos portugueses que sentem diretamente no seu bolso todos os finais de mês um desafogo que não sentiam na altura e, portanto, não me parece despiciente nesta altura saudar e, em nome do Partido Socialista, regozijar-me com os resultados alcançados nestes quatro anos de governação, lançando sobretudo um apelo à população para que participem em massa, no próximo dia 6 de outubro, nas eleições legislativas que vão ocorrer, independentemente de qual seja o seu sentido de voto, qual seja, o partido, incluindo seja um voto nulo ou um voto branco.

É, para mim, essencial e parece-me evidente que o primeiro passo para melhorarmos a nossa Democracia é votarmos e é esse o apelo que eu deixo a todos. ----------

Quero saudar e dar uma nota de saudação àquilo que foram os 40 anos do Serviço Nacional de Saúde que é porventura uma das mais honrosas e orgulhosas conquistas que Portugal fez no-pós 25 de Abril. ----------
Com todas as insuficiências que ainda tem e que são reconhecidas por todos, creio que temos hoje um Serviço Nacional de Saúde que consegue dar uma resposta capaz e de qualidade àquilo que são as necessidades de saúde, naturalmente com as insuficiências que são reconhecidas, que sempre existiram e, garantidamente, sempre existirão porque há uma coisa que é dos livros: os recursos públicos serão sempre muito mais insuficientes do que as necessidades dos problemas que existem e, portanto, haverá sempre problemas. A diferença é a capacidade que temos de os ir ultrapassando e de os ir resolvendo e parece-me evidente que hoje o Serviço Nacional de Saúde é um serviço que nos orgulha, que orgulha os seus fundadores e que está ao serviço de Portugal. ----------
Feito estes elogios ao Governo, não posso deixar de fazer uma crítica porque é justa. Vou propor e eu não trouxe por escrito, mas pedia a benevolência do Senhor Presidente da Assembleia e porventura dos colegas Deputados para o fazer até ao final desta Assembleia naquilo que seria uma Moção de Protesto. Não me satisfaz a decisão do Governo de retirar, no caso de todo o Interior de Portugal, aquilo que eram os exames de acesso às especialidades médicas que eram feitos, no nosso caso em concreto, na Universidade da Beira Interior com o apoio dos médicos do Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira. Não me parece uma medida que seja favorável ao discurso e àquilo que tem sido a prática deste Governo de apoio à interioridade. Pelo contrário é uma medida que favorece o litoral, o centralismo e é contra isso que nós devemos combater. ----------
Uma Moção de protesto em que a Assembleia se propõe protestar junto do Governo pela decisão que levou a que fosse retirada esta valência a todo o interior de Portugal (pelo que sei apenas se concentram nos grandes centros), assunto administrativo de gestão, mas que é simbólico e relevante e não podemos deixar de o assinalar e, portanto, colocaria à votação se o Senhor Presidente me assim permitisse no final iríamos consensualizar um texto simples que refletisse exatamente isso.” ----------

Em termos locais, “não posso deixar de fazer uma saudação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. ----------

Em primeiro lugar, por ter vencido o Campeonato Nacional de Trauma e, por essa via, ter sido convidada ao Campeonato Mundial onde se classificou em 4.º lugar. Quero felicitar, em nome da bancada do Partido Socialista e porventura associar a Assembleia se assim o entender, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã pelo trabalho que têm desenvolvido, não só por este prémio, mas sobretudo pelo trabalho meritório e que dá a todo o nosso território, no caso concreto à população da Covilhã, um sentimento de segurança, que temos quem olhe por nós e quem esteja capacitada e à altura (ao melhor que há no mundo) para prestar os serviços de apoio e de proteção civil. ----------
Por último, fazer uma nota à mobilidade. ----------

Houve aqui duas intervenções a respeito do Plano de Mobilidade. Fico muito satisfeito com isso. É um tema que me é muito caro por vários motivos, mas tenho a certeza que esta Assembleia se pronunciará obrigatoriamente sobre o novo caderno de encargos do Concurso Internacional do Sistema de Mobilidade da Covilhã e diria que, a seu tempo, nesta Assembleia, teremos condições e capacidade para discutir aprofundadamente e exaustivamente este assunto e eu aguardaria a opinião do Partido Socialista para esse momento." ----------

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais: ----------

--- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** apresentou um **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Antunes Calmeiro** que se transcreve: ***(Doc.05)*** ----------

"**VOTO DE PESAR**----------

No passado dia 9 de agosto faleceu José Calmeiro, após breve, mas doloroso período de doença. José Calmeiro era uma pessoa humilde, honesta, frontal, trabalhadora, correta, convicta dos seus ideais. ----------
Durante a sua vida ativa exerceu com afinco a sua actividade profissional. ----------
Por outro lado, dedicou muito do seu tempo à causa pública e como tal ajudou na resolução de muitas questões de índole colectivo. Que o digam as inúmeras Associações nas quais José Calmeiro foi director, nomeadamente o CDC e a ADE. ----------
Diga-se ainda que foi candidato e membro eleito da extinta Junta de Freguesia de Santa Maria. Foi por mais do que uma vez candidato a esta Assembleia Municipal, a última da qual pelo movimento "De Novo Covilhã". ----------
José Calmeiro deixa saudades. O movimento associativo e político com a sua partida ficou mais pobre. ----------
Ficou o exemplo. ----------

Assim propõe-se que seja aprovado um VOTO DE PESAR pelo falecimento de José Calmeiro. ----
Caso seja aprovado deverá o mesmo ser dado conhecimento a sua família. ----------
Covilhã 2019/09/20 ----------
De Novo Covilhã"----------

--- Colocado o **Voto de Pesar** à votação, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***. ----------

De seguida, o Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro** apresentou um **Voto de Protesto** com o seguinte teor: ***(Doc.06)*** ----------

"**VOTO DE PROTESTO** ----------
Portugal, por vicissitudes várias é um país a duas velocidades. Com duas realidades diferenciadas: a realidade do interior e a realidade do litoral. ----------
Os diagnósticos estão realizados. Os problemas diagnosticados. As soluções avançadas. Contudo é necessário passar das palavras aos atos no sentido de concretizar políticas munidas dos indispensáveis meios e dotadas da adequada autonomia tendo em vista diminuir o fosso existente. Por outro lado não podemos deixar passar em claro toda e qualquer medida que possa discriminar negativamente o interior e como tal aumentar a desigualdade existente com o litoral. ----------
Ora, tomamos conhecimento da decisão da Administração Central do Sistema de Saúde relativo à retirada da Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências e Saúde - sediada na Covilhã, da prova nacional de acesso à formação especializada em medicina, concentrando a sua realização nas faculdades de Lisboa, Porto e Coimbra. ----------
Ora, não se entende qual o motivo e critérios utilizados, tendo em atenção que o estabelecimento de ensino sediado na Faculdade de Ciências da Saúde, reúne todas as condições do ponto de vista técnico para que a prova possa aí ser realizada. ----------
Tal decisão para além de incompreensível é contrária à defesa da descentralização que muito se tem falado nos últimos meses/anos em Portugal, discriminando negativamente os alunos candidatos a médico que optaram por estudar numa Universidade sediada no interior, neste caso na Covilhã, tendo já merecido veemente oposição do Núcleo de Estudantes de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI para além do seu Presidente Dr. Miguel Castelo Branco. ----------
Não pode esta Assembleia Municipal ficar indiferente a tão injustificada e desajustada decisão, a qual é discriminatória para o interior e como tal, contribui para o aumento do fosso com o litoral, devendo merecer a nossa oposição e indignação. O nosso protesto. ----------
Assim propõe-se que seja aprovado o seguinte voto de protesto: ----------
A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida na sua sessão ordinária de 20 de setembro de dois mil e dezanove aprovou um protesto pela decisão da Administração Central do Sistema de Saúde de retirar da Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências e Saúde, como local de realização a prova nacional de acesso à formação especializada em medicina, devendo a mesma ser retomada em tal estabelecimento. ----------

Caso tal voto seja aprovado deve ser o mesmo remetido: ----------
. Senhor Presidente da República. ----------
. Senhor Primeiro Ministro. ----------
. Senhora Ministra da Saúde. ----------
. Administração Central do Sistema de Saúde." ----------

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** propôs, uma vez que o texto continha o essencial proposto pela bancada do Partido Socialista, que unissem os dois Votos de Protesto, não tendo havido objeções. ----------

--- Colocado à votação, o ***Voto de protesto pela decisão da Administração Central do Sistema de Saúde ter retirado, como local de realização, a prova nacional de acesso à formação especializada em medicina da Universidade da Beira Interior – Faculdade de Ciências e Saúde***, subscrito por todas as Bancadas, foi ***aprovado por unanimidade***. ----------

--- Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** fez uma intervenção com o seguinte teor: ***(Doc.07)*** ----------

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal ----------
Srs. Secretários da Assembleia Municipal ----------
Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã ----------
Srs. Vereadores da Câmara Municipal da Covilhã ----------
Srs. Deputados Municipais ----------
Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias ----------
Srs. Jornalistas ----------
Minhas Senhoras e meus Senhores, ----------

Desde já quero felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vereadora, Dr.ª Regina Gouveia, pelo investimento feito na Educação, em especial na Pré-escola e Eb1 e também todos os meus colegas Presidentes de Junta, que tiveram intervenções nas escolas das suas Freguesias.

A escola deve ser um meio adequado ao desenvolvimento das nossas crianças e para que assim seja, devem dispor de todas as condições físicas, para que as crianças se possam desenvolver, bem como um bom ambiente escolar. ----------

Venho hoje aqui, pedir à Câmara Municipal, que seja uma Câmara inclusiva e não exclusiva, ou seja, para que as Escolas de todo o concelho sejam tratadas de igual forma. ----------

Fico contente quando vejo escolas equipadas com mobiliários do mais moderno que existe, com equipamento informático adequado, com quadros interativos, com videoprojectores .... ---------

Mas fico muito triste, quando na União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, os edifícios escolares foram discriminados por critérios que desconhecemos. ----------

Em 2013, fui eleito pela primeira vez, Presidente da União das Freguesias de Peso e de Vales do Rio, e desde logo, fui alertado para a vergonha, sim meus amigos, a vergonha, em que se encontrava o Edifício da EB1 e Pré-Escola de Vales do Rio. Arregaçámos as mangas e começámos

à procura de soluções, solicitámos à Câmara Municipal, através do ofício nº 20/2013 de 25/11/2013, várias intervenções que passo a descrever: ----------

Pintura das paredes interiores, rebocar algumas paredes, substituir placards, mudar quadros da sala de aula, reparação do telhado, colocação de caleiros e telheiro nas portas de entrada, arranjo da parede no recreio, pavimentação do hall, construção de uma despensa, colocação de torneiras misturadoras, substituição/arranjo das portas das casas de banho e salas de aula, substituição de alguns armários, colocação de protecção nos ventiladores das casas de banho e arranjo da caixa do correio. ----------

Nada nos foi resolvido, foi sim comunicado à União de Freguesias, que a EB1 de Vales do Rio era desde 2011, sala de apoio da EB1 da Escola da Feira do Tortosendo e estava sinalizada para encerrar em 2014, por ter 11 alunos. ----------

Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e com a colaboração dos pais dos alunos de Vales do Rio, conseguimos evitar o encerramento e que a mesma continue a funcionar até à presente data, agora com muitos mais alunos (tendo 17 na EB1 e 19 na Pré-Escola). ----------

Como disse anteriormente, arregaçámos as mangas e fomos à procura de soluções para a requalificação do Edifício Escolar, e até ao dia de hoje Sr. Presidente, conseguimos pintar a escola toda no seu interior, resolvemos os problemas das casas de banho, onde os alunos tinham que passar pela rua para lhes poder aceder. Colocámos uma caldeira nova, colocámos um piso novo na Pré-Escola, colocámos portas novas em alumínio e construímos uma sala de apoio. ----------

Voltámos a solicitar o apoio à Câmara Municipal, de apenas 50% do valor destas obras (que representa apenas 6.000,00€, tendo a União de Freguesias gasto 12.000,00€) e até hoje, novamente nada, apenas um e-mail com um texto, que passo a citar: ----------

"Acusamos a recepção do e-mail infra, o qual mereceu a nossa melhor atenção. ----------
Solicita-me o Sr. Chefe de Gabinete do Presidente, Eng.º José Miguel Oliveira, que informe, que esta Câmara Municipal reconhece as necessidades e urgências apontadas no referido e-mail, e que foi tomada devida nota, mas no momento, este município não dispõe de disponibilidade financeira para poder efetuar o pretendido protocolo de apoio às obras. ----------
Mais se informa, que assim que seja possível, este assunto terá o seu devido processamento. --
Data do email 25-01-2017 " ----------

Como disse anteriormente, estou feliz pelos meus colegas terem as escolas das suas freguesias modernizadas, mas principalmente pelas crianças, professores e assistentes operacionais que assim podem ter um melhor ambiente escolar. ----------

Sr. Presidente, solicito, aqui nesta Assembleia Municipal, a vossa maior dedicação para que as Escolas da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio, sejam alvo de intervenções, com a maior urgência, que passo a descrever: ----------

- EB1 do Peso, que nos seja atribuído um protocolo no valor de 3500,00€, para finalizar a construção da Sala de apoio, pois o edifício possui duas salas e este ano estão as duas a funcionar o que obriga os professores do apoio a estar com as crianças no Hall de Entrada; ----------
- Pré-Escola do Peso - requalificação das casas de banho; ----------
- EB1 e Pré-Escola de Vales do Rio, substituição do telhado, (pois chove dentro das salas de aula), pintura do edifício escolar, pintura dos muros e do gradeamento de vedação; ----------
- Em ambas, colocação de mobiliário mais moderno. ----------

Por fim e porque estamos num mundo digital, a substituição do material informático, uma vez que o existente já tem mais de quinze anos e também a colocação de quadros interativos. ------

Termino dizendo apenas que, para a União de Freguesias, as crianças, são de tudo o mais importante e por isso não falei aqui na pavimentação da EM 513 em Vales do Rio e no Peso. ---

Nós queremos uma Escola Igual Para Todos ----------
Covilhã 20 de setembro de 2019" ----------

--- Senhora **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)** fez uma intervenção com o seguinte teor: ***(Doc.08)*** ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ----------
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, ----------
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, ----------
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, ----------
Senhores Vereadores, ----------
Representantes dos Órgãos de Comunicação Social ----------
Senhoras e Senhores Munícipes ----------

Já aqui tive oportunidade, penso que mais do que uma vez, de refletir a nossa preocupação com as questões relacionadas com a recessão demográfica e o emprego, em especial nesta região. –

Recentemente, à conta dos cadernos eleitorais para as próximas eleições legislativas, elaborados pelo Ministério da Administração Interna, ficámos a saber que, nos últimos quatro anos, o município da Covilhã perdeu 3405 eleitores face a 2015, contando, atualmente, com 45.149 inscritos, aproximadamente 26,5% dos 170.152 eleitores de um distrito que tem onze concelhos. Nada de novo, é verdade: nas últimas cinco décadas, a Beira Interior como um todo perdeu muitos milhares de habitantes para a emigração e para o litoral português. ----------

Nos últimos vinte anos, esta tendência apenas foi contrariada em 2009, quando se atingiram 51.258 eleitores, mais 6109 do que os atuais. Dir-me-ão que não perdemos deputados. É verdade. Mas nos últimos dez anos – estimativas agora do Instituto Nacional de Estatística – a Beira Interior terá perdido 40 mil habitantes. Entre 2008 e 2018, a CIMBSE terá perdido 28.595 habitantes. É muito, Senhoras e Senhores. Este ano, os distritos da Guarda e Viseu já perderam, cada um, respetivamente, um deputado para Lisboa. Pode haver uma diminuição da população a nível nacional, mas o Interior está a perder a voz. ----------

Por isso, antes que a perca de vez e enquanto houver quem represente esta vasta faixa do país nos centros de decisão, é precise passar das palavras aos atos, implementando políticas nacionais de coesão eficazes que permitam fixar a população, transformando a qualidade de vida que aqui se respira num bem positivo que inverta os saldos natural e migratório negativos.

Volto a lembrar o que aqui disse em fevereiro último: é urgente estimular a discussão pública dos problemas que afetam o interior e o nosso concelho em especial, é vital que se estabeleçam estratégias de adaptação por antecipação, bem como uma gestão adequada da transição para modelos de desenvolvimento sustentáveis, assentes nas dinâmicas institucionais e socioeconómicas locais e também nacionais, para que a Covilhã não seja, daqui a vinte anos, apenas um ponto verde no mapa e um fantasma do passado. ----------

É necessário que o país compreenda e sobretudo interiorize que a redução das disparidades - mais do que um benefício para as populações do interior - é a forma de alcançar um país mais equilibrado, sustentável e, logo, menos dependente das importações. A cooperação e solidariedade entre regiões aproveita a todos, pelo que as populações do litoral devem fazer um esforço nesse sentido. ----------

Facilitar o acesso a serviços públicos, dar prioridade à inovação e à iniciativa, garantir o pleno emprego, criando novas oportunidades de emprego, aumentando a produtividade e a qualidade no trabalho, bem como promover um regime fiscal e normativo que encoraje a criação de empresas e de postos de trabalho são algumas soluções que podem ser implementadas a curto prazo e pelas quais vale a pena dialogar com o governo central, de forma a que não fique por fazer uma reforma vital para o interior e para o país. ----------

Muito obrigada. ----------

A representante do Grupo Municipal do CDS, ----------
Graça Castelo-Branco” ----------

--- Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** iniciou dizendo que “no início deste mês, a UNESCO – organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura –

aprovou a candidatura da Serra da Estrela e alguns territórios limítrofes a Geoparque Mundial da UNESCO. ----------
A Serra da Estrela junta-se agora aos outros três geoparques do território continental: Arouca, Terras de Cavaleiros e Naturtejo da Meseta Meridional. ----------
Arouca é um geoparque que abrange a área do concelho e tem como principais pontos importantes as pedras parideiras que é uma formação geológica, fósseis, trilobites antigas. -----
O geoparque de Terras de Cavaleiros abrange Macedo de Cavaleiros e tem, como ponto mais relevante, o maciço de morais onde é visível a colisão dos continentes. ----------
O geoparque Naturtejo surgiu principalmente por causa dos fósseis encontrados em Penha Garcia e tem como aspetos mais relevantes as portas de Ródão e alguns valores do Parque Natural do Tejo internacional, sobretudo a avifauna. ----------
O importante património ecológico, ambiental e natural da Serra da Estrela associada a especificidades, como a ausência de povoamento humano permanente nas cotas superiores (à exceção do Sabugueiro), a existência de vastos territórios baldios e a dimensão da Serra da Estrela, formam um conjunto de características que contrastam com os outros geoparques. ----
De facto, a Serra da Estrela é muito mais do que um geoparque e integra a rede natura das áreas protegidas (o Parque Natural da Serra da Estrela é assim classificado em 1976), a rede natura 2000, a rede ecológica para o espaço da União Europeia, a rede de reservas biogenéticas do Conselho da Europa, o planalto central da Serra da Estrela, os sítios *Ramsar* que é a lista das zonas húmidas de importância internacional no planalto superior da Serra da Estrela e na parte superior do rio Zêzere e agora a rede global de geoparques que corresponde a locais com importância geológica internacional. ----------
Nesta cronologia ou sequência, o surgimento recente do geoparque Serra da Estrela não é propriamente linear, em termos de planeamento e gestão do território, visto que o património biológico e a diversidade são valores relevantes muito mais sensíveis do que os valores geológicos numa perspetiva de conservação e sustentabilidade dos recursos naturais e do desenvolvimento do território. ----------
A própria UNESCO considera que caso um aspirante a geoparque global da UNESCO abranja uma reserva da biosfera, que é a rede da UNESCO associada à diversidade biológica, tem de demonstrar, na candidatura, justificações e evidências claras em como o *status* de geoparque global da UNESCO agregará valor seja como marca independente ou em sinergia com outras designações. ----------
Portanto, o funcionamento do geoparque da Serra da Estrela terá, no mínimo, uma complexidade acrescida pois, muito para além dos valores geológicos, estão presentes patrimónios ecológicos e naturais relevantes subjacentes a qualquer estratégia de desenvolvimento deste território. ----------
Por outro lado, a candidatura foi apresentada pela Associação Geopark Estrela que é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, e com objetivos de utilidade pública. A associação propõe-se gerir um território de nove municípios (estão envolvidos seis municípios da Serra da Estrela e mais três municípios limítrofes) e estão previstos associados que podem ser pessoas singulares ou coletivas de natureza pública ou privada. ----------

Esta iniciativa de mobilização segue uma tendência global para as empresas e a sociedade civil quererem assumir um papel cada vez mais relevante na *governance* das áreas protegidas e dos territórios especiais, assim como a iniciativas de índole ambiental. ----------
Segundo o jornal *O Público*, o PS tem a intenção de passar para as câmaras municipais a gestão das atividades económicas, culturais e sociais das áreas protegidas. O modelo passará por uma direção colegial tripartida que incluirá as câmaras municipais, o ICNF e outras entidades com atividade na área. ----------
Neste setor do Ambiente e de recursos naturais, a iniciativa privada é bem-vinda na perspetiva do PSD. Defendemos menos Estado e melhor Estado, mas não a redução do Estado sem garantir que haverá necessariamente um melhor Estado. ----------
A passagem de competências de entidades nacionais para as autarquias, onde não existe nem experiência nem um quadro técnico com dimensão crítica nestas matérias e que geralmente também não é acompanhada pela respetiva transferência de verbas necessárias, representa um sério risco quando estão envolvidos valores e património naturais importantes. ----------
Refira-se, a este propósito, que o reforço a curto prazo do quadro do pessoal das autarquias fica comprometido depois da recente entrada significativa de recursos humanos nos municípios em parte justificada, mas noutra parte forçada pela esquerda da geringonça sem entender aos próximos desafios multidisciplinares que se colocam aos municípios em termos de competitividade dos territórios. ----------
O PSD exige que a Câmara Municipal da Covilhã se prepare com competência para os novos desafios que se colocam e não hipoteque o futuro. Os erros que podem ser cometidos nestes domínios não compensam as vantagens de soluções que venham a ser implementadas de descentralização, aplicação do princípio de subsidiariedade ou extensão da autoridade do Estado. ----------
O PSD está e estará sempre disponível para desempenhar o seu papel construtivo, subjacente a toda a sua atuação, ciente que devemos evitar o surgimento de proposta como a Sede do Geoparque da Serra da Estrela para um órgão executivo ser na Torre como foi publicado na imprensa.” ----------
De seguida, apresentou uma Moção **Pela Candidatura da Covilhã a Sede do Geoparque da Serra da Estrela**, com o seguinte teor: ***(Doc.09)*** ----------

“**MOÇÃO** ----------
SEDE DO GEOPARQUE DA SERRA DA ESTRELA ----------

Exm.º Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------
Exm.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal ----------
Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã ----------
Exm.ºs Senhores Vereadores ----------
Exm.ªs (os) Senhoras e Senhores Deputados Municipais ----------
Minhas Senhoras e meus Senhores ----------

Tendo presente que a sede do Geoparque da Serra da Estrela ainda não foi definida, e considerando que justifica-se plenamente que a sede seja instalada na Covilhã, pelos motivos a seguir indicados, ----------

- a Covilhã tem alguns dos principais valores geológicos e paisagísticos do Geoparque, ----
- a Covilhã encontra-se mais próximo dos principais valores geológicos, ----------
- a Covilhã tem as melhores acessibilidades aos principais valores geológicos, ----------
- a Covilhã é a principal porta de entrada na Serra da Estrela, ----------
- a Covilhã, não tem instalações do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (Parque Natural da Serra da Estrela), ao contrário de Manteigas, Guarda, Seia e Gouveia,
- o concelho da Covilhã, para além da Câmara Municipal, tem um segundo parceiro no Geoparque, a Universidade da Beira Interior, ----------
- a necessidade de desconcentrar os serviços das capitais de distrito, ----------

Propõe-se a esta Assembleia, reunida em 20 de Setembro de 2019, a aprovação da seguinte recomendação: ----------
A Câmara Municipal tem de candidatar a Covilhã a receber a sede do Geoparque da Serra da Estrela ----------
O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã" ----------

- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez um pedido de esclarecimento: "se eu percebi bem, a moção que o PSD nos traz é, no fundo, uma moção para que a Assembleia Municipal delibere que a sede aqui se deve colocar. ----------
Eu gostaria de perceber qual é a competência que esta Assembleia tem para o fazer. ----------
Depois, ainda que possa fazer uma recomendação no sentido de dizer ao executivo municipal que esta Assembleia entende que o executivo municipal deveria, em sede da Associação Geopark (é aí que se decidem essas coisas), propor candidatar-se como sede, mas depois quais são as condições materiais que são necessárias? Terá o executivo condições materiais para garantir essa sede? ----------
A minha interpelação reside exatamente no ponto se terá esta Assembleia competência para deliberar sobre este assunto, o qual eu questiono e duvido." ----------

- Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** esclareceu que seria "uma afirmação de que os elementos da Assembleia Municipal da Covilhã pedem à Câmara para apresentar uma candidatura a que a sede seja na Covilhã. É só isso em que se têm de pronunciar. Não é uma questão de competência. É uma questão política. Concordam ou não que a Câmara Municipal apresente e se comprometa a apresentar uma candidatura a que a sede do geoparque seja na Covilhã pelos motivos indicados e referidos?" ----------

- Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que "a Câmara tem a sua autonomia. Podemos é, de facto, aceitar a sua sugestão e recomendar à Câmara para que se candidate se tiver condições para isso." ----------

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, relativamente ao assunto em discussão, referiu que "quem submete como uma moção no sentido de que a Câmara venha a formalizar uma candidatura, nos termos em que entender, esta Assembleia tem a competência para o fazer e tem competência para o votar. Se é esse o desejo de quem a propõe, acho que deve ser submetida à votação e as pessoas decidirão em conformidade." ----------

- Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** propôs que a moção apresentada fosse colocada à votação "andando com os trabalhos para frente." ----------

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, disse compreender "o espírito e o objetivo de tudo quanto está subjacente a esta recomendação e entendo-a como tal, sendo para mim indiferente votá-la ou não. ----------
Ela está feita de forma clara e inequívoca de uma força política. Todos estamos de acordo de que gostamos de ter sedes nos nossos territórios, desde que tenhamos condições para tal. -----
Tomo como boa a recomendação que é feita pela Bancada do Partido Social Democrata, sendo certo que não é nada que dependa deste executivo camarário nem desta Assembleia, daí o problema da votação. Uma coisa é exprimir a vontade e a vontade é comum, mas há uma coisa prévia que eu devo fazer que é uma questão pedagógica/política. Já lá vai o tempo em que tudo se reconduzia ao centralismo. Ora nós combatemos o centralismo, mas quando chega a hora de discutirmos qual é o melhor sítio só tem que ficar na nossa "casa" ou no nosso "quintal". --------
É justo, plausível e razoável todo o argumentário despendido pelo Senhor Deputado no sentido de que seja a Covilhã. Não é pelo facto de o Senhor Deputado do seu distinto grupo parlamentar nos estar a recomendar que não tenhamos já pensado nisso. Aliás, quando fizemos os estatutos, não é por acaso que não está lá qual é que é o sítio! Porque não havia consenso. ----------
O primeiro objetivo foi atingido e isso é que é fundamental. Nenhum dos geoparques que estão em Portugal conseguiu obter 961 pontos em 1000. Felicitar, em primeiro lugar, a equipa científica do IPG e da UBI que trabalharam em conjunto e criaram as sinergias para esse efeito. Naturalmente que cada um dos 9 municípios contribuiu para o efeito, cada um à sua escala, dimensão e com a sua massa crítica. Está toda a gente de parabéns. ----------
Isto é muito importante para o nosso território, é fundamentalíssimo e agora vamos é dar passos em frente. Mais importante do que a sede é consolidar o projeto e densificá-lo. ----------
Levantou questões que têm a ver com a problemática das transferências. A mim não me assustam por uma razão simples: ninguém está a transferir para os municípios. O município é um dos parceiros que opina naquele conselho. E, os municípios não têm maioria." ----------

- Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** para "deixar bem vincado que fiz uma proposta para ser votada, é neste sentido que deve constar em ata, e que não aceito que não seja votada.
Propomos que a Câmara Municipal da Covilhã proponha que a sede do geoparque seja na Covilhã, que isso conste nos documentos da Assembleia Municipal e que seja votada pelos presentes. A Câmara Municipal se calhar neste momento não se pode ainda pronunciar sobre

isto, mas a Assembleia Municipal da Covilhã pode-se pronunciar e dizer aquilo que pretende para o seu município. Portanto, isto tem toda a legitimidade.” ----------

--- Colocada a Moção à votação foi a mesma ***aprovada por maioria com 14 votos a favor (DNCCP, CDS-PP, PSD e IND), 8 votos contra (PS e PCP) e 18 abstenções (PS e IND)***. ----------

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: ----------

- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Nós abstivemo-nos na justa medida em que entendemos, como eu verbalizei no pedido de esclarecimento que tinha feito ao Senhor Deputado que apresentou esta recomendação transformada posteriormente em moção, que a Assembleia não tem competência para deliberar nesta matéria em concreto.
Mais ainda reforçado com o esclarecimento que o Senhor Presidente da Câmara veio aduzir ao ponto em que informou que, de facto, este assunto é uma preocupação do executivo desde o início do processo e que está a trabalhar nesse sentido, mas isto não é uma decisão da Assembleia Municipal, muito menos da Câmara Municipal. ----------
Portanto, nessa medida, porventura o PSD quis aqui marcar uma “bandeirinha” como sendo autor da ideia que a sede do geoparque fique na Covilhã. Que fique com essa “bandeirinha” política se assim se satisfaz com isso e achou que causaria engulho à bancada do Partido Socialista trazer este assunto à votação. ----------
Obviamente que nós não estamos contra que a sede se localize na Covilhã, pelo contrário. Tudo faremos para que isso aconteça. ----------
Tenhamos é consciência do seguinte: porventura muitas vezes tratar destes assuntos na praça pública é o melhor contributo para que eles não se concretizem a nosso favor. Diz-nos a experiência que este tipo de assunto deve ser tratado no recato dos gabinetes, no recato das negociações com os parceiros envolvidos e nos sítios em que se tomam as decisões. Muitas vezes fazer este tipo de pressão pública junto das instituições que depois têm que tomar as decisões é contraproducente. ----------
Naturalmente que queremos que a sede fique na Covilhã, mas mais importante do que tudo isso é que já foi conseguido aquilo que é o Geopark Serra da Estrela e isso é aquilo que, de facto, nos deve mobilizar a todos e a Covilhã, como muito bem disseram, que é a porta de entrada da Serra da Estrela, é desde logo o principal beneficiário desta decisão e, nesse sentido, nós abstemo-nos.” ----------

- Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Um ponto de ordem à Mesa: as recomendações, no regimento interno da Assembleia, aparecem várias vezes e aparecem sempre juntas com as propostas e com as moções, ou seja, nada nos diz no Regimento que elas não são votadas. ----------
A não ser votada uma recomendação, essa recomendação não é uma recomendação da Assembleia Municipal, mas uma recomendação de quem a apresenta porque, se eu não tenho o direito de opinião de a votar, não pode ser uma recomendação também minha. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia não pode permitir uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto dentro da intervenção política do membro do PSD que, neste caso, era sobre o geoparque. ----------
A Declaração de Voto é neste sentido: o nosso voto contra tem a ver com o facto de isto ser uma discussão estéril e que a gente assiste e aí concordamos com o Senhor Presidente da Câmara, embora achamos que ele não devia ter feito a intervenção, mas que é estéril. É, de facto, bacoca, bairrista e que não tem a ver com os novos tempos. Já estou a ver e é por isso que a regionalização, se calhar, não acontece porque depois temos o PS e o PSD a discutir onde é a sede do parlamento, …, quando isso não é o mais importante! ----------
Concordamos também com esta Declaração de Voto que foi dita agora, ou seja, nós fazemos parte de um consórcio e é dentro deste consórcio é que a gente se deve afirmar. Se calhar há outras coisas bem mais importantes do que a sede do geoparque: é preciso conhecer o projeto, é preciso estar por dentro, …, portanto é uma coisa que não devia ter merecido o tempo que a gente aqui passou." ----------

- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: "O nosso voto foi no sentido de votar favoravelmente esta moção. ----------
Contrariamente àquilo que foi aqui dito, acho que esta Assembleia tem competência para se debruçar e para votar sobre esta temática porque ainda há pouco fizemos um voto de protesto relativamente também a uma decisão da Administração Central. Portanto, está dentro das nossas competências debruçarmos e pronunciarmos sobre isso. ----------
Relativamente ao geoparque, o que esta Assembleia pretendeu transmitir é que quem decide tenha em atenção que a Covilhã pode ser o local e repare que não é a Covilhã: é o concelho da Covilhã. Que isto fique claro. Quando estamos a falar da Covilhã, temos que começar a falar Covilhã e o concelho. De acordo com aquilo que foi dito que estão reunidas as condições para que isso possa suceder, acho que fica bem à nossa Assembleia pronunciar-se nesse sentido. É apenas uma perspetiva, uma tomada de posição relativamente a uma temática que é sempre importante para quem vive no concelho." ----------

--- Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, com a apresentação de diapositivos, expôs "a defesa da causa e da coisa pública" e, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu o seguinte: ----------
"Na resposta que teve o cuidado de me enviar, certamente elaborada pelos serviços e técnicos da Câmara, acho que não deve haver considerandos relativamente àquilo que é exposto. São técnicos a responder, devem-se cingir à questão técnica e, portanto, não vale a pena estarem a fazer considerandos como: que o assunto prende-se com uma controvérsia gerada entre a Junta de Freguesia e os moradores (não é nada disso que acontece); que foram parcialmente cumpridos os formalismos, etc. ----------
O que me traz aqui é: ----------

Em junho de 2015, relativamente ao equipamento público do Loteamento 8/98 – Refúgio/Eixo TCT, portanto parque infantil e campo de ténis, a Junta de Freguesia solicita à Câmara Municipal esclarecimento sobre os equipamentos eram do domínio público; ----------
Em outubro de 2015, o Serviço de Património Municipal responde que os mesmos pertencem ao domínio público; ----------
Em abril de 2017, a Junta de Freguesia solicita ao Departamento de Obras autorização para proceder a uma abertura numa passagem de 1,20 m. Fizemos ao Departamento de Obras por desconhecimento que nos informa que isso é com a Divisão de Gestão Urbanística e reencaminha o assunto; ----------
Recebemos em maio de 2017 que isso configurava uma alteração às obras de urbanização do loteamento e que estava isenta de controlo prévio por ser a Junta de Freguesia, mas sujeita a parecer prévio e para apresentarmos planta com as indicações do que é que queríamos realizar;
Pedimos ajuda ao Departamento de Obras da Câmara Municipal que teve a amabilidade de nos fazer o desenho para apresentarmos à Divisão de Urbanismo que enviamos em fevereiro de 2018;
Em junho de 2018, uma vez que não vinha resposta, requeremos novamente e, em março de 2019, recebemos despacho do Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis (responsável pelo Urbanismo) com a aprovação da alteração das obras de urbanização do Loteamento 8/98 para abertura de uma passagem de 1,20 m. E para quê? ----------
Os moradores da urbanização ao lado reclamavam a construção de um parque infantil e, portanto, se aquele fosse público, em vez de duplicarmos equipamentos públicos, permitíamos um melhor acesso daquelas crianças, que estão ali ao lado, para utilizarem aqueles equipamentos públicos. ----------
Uma coisa relativamente simples, abríamos o muro e ficámos descansadinhos. ----------
Qual é o nosso espanto que, em 28 de agosto, recebemos ofício da Câmara Municipal com o seguinte teor: ----------
"O Município da Covilhã cedeu em 29-01-2002 a exploração por 30 anos ao loteador." ----------
É mentira. Não é verdade. Não corresponde à verdade. Houve da parte do loteador um pedido para fazer este contrato. Houve uma resposta a dizer que estavam disponíveis, mas o contrato nunca existiu, nem existe. ----------
Caso existisse e mesmo que tivesse um contrato com os moradores de gestão do espaço, o contrato era nulo se tivesse alguma cláusula que não permitisse ou impedisse outros de utilizarem. ----------
O que, de facto, existe é um despacho com a pretensão, mas o contrato não configura um contrato. Vários técnicos da Câmara, no EDOC a que tivemos acesso pelo processo de urbanismo, afirmam e reafirmam várias vezes aos responsáveis que os equipamentos são públicos, que os equipamentos não têm nenhum contrato e, portanto, as pessoas podem utilizar os equipamentos. ----------
Para além de se referir a uma cedência que não existe, diz este ofício que a gente recebeu: *"tomámos conhecimento que a Junta de Freguesia procedeu a uma abertura no muro."* Ora, o *"tomamos conhecimento"* já por si é estranho e este ofício acusa a Junta de Freguesia de que

"essa forma de tratar este assunto carece de legitimidade para o efeito" quando nós percorremos todo este processo que eu vos disse, desde 2015 até 2019, até chegar à conclusão de um despacho de alteração das obras de urbanização e dizem-nos que essa forma de tratar o assunto *"carece de legitimidade"*. Nós não aceitamos que nos digam uma coisa destas porque fizemos as coisas em condições. ----------
É referido ainda nesse ofício que: *"Nesse sentido, em cumprimento de indicação superior …"* Ora, indicação superior da Câmara Municipal só pode ser do Senhor Presidente, dos Vereadores ou da Câmara Municipal. Não conhecemos qualquer despacho, qualquer deliberação ou qualquer decisão da Câmara Municipal sobre esta matéria e, portanto, perguntamos de quem foi esta indicação superior. ----------
Depois assistimos ainda a uma nova forma jurídico-legal de intimação: a da solicitação. Portanto, intimam, solicitando para repor. Nós agradecemos a cordialidade institucional, mas, porque a razão se encontra do nosso lado, nem com tamanha amabilidade damos como válido tal pedido. O que a Câmara Municipal não se devia preocupar e procurar por todos os meios justificar a utilização privativa de equipamentos públicos e de intimar a Junta de Freguesia da Boidobra. –
O que a Câmara Municipal se devia procurar era a de intimar a administração dos condomínios aí existentes para, de imediato, procederem à abertura do campo de ténis que ali está e que se encontra fechado à chave indevidamente. ----------
O que a Câmara Municipal se devia preocupar era procurar na rentabilização dos equipamentos públicos que estão integrados num bonito espaço à porta da cidade e que é tratado pela empresa municipal *Águas da Covilhã* que, inclusivamente, trata de parte da área de terreno que não está no domínio público. ----------
Não percebemos esta intimação/solicitação. De qualquer forma, agradecemos o seu envio porque nos deu oportunidade de explicar isto." ----------

--- Senhor **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)** propôs 4 Votos de congratulação e fez a intervenção que se transcreve: ***(Doc.10)*** ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal ----------
Senhor Presidente da Câmara Municipal ----------
Senhora e Senhores Vereadores ----------
Senhor Provedor do Munícipe ----------
Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia ----------
Senhoras e Senhores Deputados ----------
Senhoras e Senhores da Comunicação Social ----------
Senhoras e Senhores do Staff Municipal ----------
Minhas Senhoras e Meus Senhores ----------

Em Portugal, a atividade turística e cada vez mais competitiva e reconhecida, segundo o ranking de competitividade a nível mundial, dado a conhecer no Relatório de Competitividade no Turismo de 2019 do Fórum Económico Mundial, Portugal está pela primeira vez, em 12.º lugar.

No mesmo sentido também a Covilhã, vê, agora ser reconhecido o esforço que este executivo tem vindo a desenvolver em prol do Turismo, da sua região dos seus parceiros e dos seus concidadãos. ----------
Recentemente veio a Bloom Consulting divulgar o seu ranking de cidades portuguesas e da força das marcas nas mesmas deste ano, de acordo com a qualidade de vida, os negócios e o turismo, que como sabem o vem fazendo em anos anteriores. ----------
Este ano, na região centro a cidade da Covilhã ocupa um muito honroso 8.º lugar, ficando apenas atrás de cidades como Coimbra, Aveiro, Leiria, Viseu, Figueira da Foz e Nazaré, e à frente de Tomar Óbidos ou Mafra entre outras, subindo dois lugares em relação ao ano passado, posicionando-se a nível nacional no 43.º lugar no estudo que envolveu 308 municípios. ----------
Mas este relatório, não divulga apenas rankings, anualmente a Bloom Consulting, tendo em conta as três dimensões do estudo, Negócios, Visitas e Viver nas 7 regiões de Portugal, destaca também com a designação de "Marca Estrela" nacional, aqueles que conseguiram através de excelentes resultados destacar-se e alcançar posições importantes nas respetivas regiões ou dimensões do Bloom Consulting Country Brand Ranking, como foi o caso Covilhã em toda a região Centro este ano, facto pelo qual a Covilhã está de parabéns, muito nos honra e pelo qual nos congratulamos. ----------
Claro que as tais vozes ou os mesmos do costume dirão: "isso vale o que vale, são rankings". Mas não, meus senhores e senhoras! ----------
O meu camarada Pina Simão afirmava no seu discurso do 25 de abril que a Covilhã estava na moda. De facto! Mas, não é só a moda, mas também, o resultado do esforço, do planeamento e empenho deste executivo, que enquanto muitos apenas se distraem a denegrir a imagem deste executivo e com ela a da Covilhã, outros preparam e levam por diante toda uma série de acontecimentos e trabalho, por vezes não visível, mas que contribui para a análise que muitas entidades nacionais e internacionais fazem sobre a actividade e vida a nossa cidade, que por sua vez dão corpo aos rankings e reconhecimentos com que a nossa Covilhã vai sendo distinguida. De referir ainda, que esta avaliação coloca a Covilhã numa posição destacada face a cidades como Castelo Branco, Guarda e Fundão, cidades com que os "tais" covilhanenses constantemente apontam como bitola a seguir. ----------
Mas como tudo não acontece por acaso, passemos a factos: ----------
Feira de São Tiago ----------
A feira é o exemplo da nova transformação que se pretende afirmar nos próximos anos, pela primeira vez o cartaz foi mais audacioso, trazendo até à Covilhã além de artistas portugueses de renome, uma banda reconhecida internacionalmente e que os milhares de espetadores muito apreciaram. ----------
No mesmo sentido a CMC assinou um protocolo de colaboração com a AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, para dinamizar os espaços comerciais na feira, para que em parceria e de forma sustentada fazer crescer este importante certame, afirmando cada vez mais o estatuto da histórica Feira de São Tiago não só como um grande cartaz popular regional e nacional mas também englobar nesta feira todos os setores e atividades comerciais, industriais e agrícolas da nossa região. ----------

Volta a Portugal ----------
A 80ª edição da Volta a Portugal este ano voltou à nossa cidade como que em homenagem à tão carismática Serra da Estrela, com a subida pela Covilhã. ----------
Considerada a etapa Rainha da Volta, a escalada final pela vertente da Covilhã passando pelas Penhas da Saúde terminou na Torre, o que já não acontecia desde 2015, lembrando os tempos do saudoso Joaquim Agostinho. ----------
Esta edição atraiu à nossa cidade milhares de pessoas, dos quais muitos eram emigrantes ou turistas, mas não só os que estiveram in loco assistiram à Volta, alguns milhões de portugueses estiveram ligados à Covilhã pela RTP no seu programa Há Volta numa emissão ao longo de 5 horas, que em direto promoveu não só a Covilhã como todo o concelho, as suas gentes e bom que por cá se faz. ----------
Refiro ainda que a longa caravana da volta permaneceu 3 dias na nossa cidade, contribuindo assim para a rentabilidade das nossas unidades hoteleiras e restauração. ----------
Verão no Centro histórico----------
Com o nome "Verão no Centro Histórico", este cartaz resultou da excelente parceria entre a Câmara da Covilhã e o projeto de divulgação Sound & Vision, que com 7 sessões animaram os fins-de-semana de agosto e de setembro com o objetivo de dinamizar e dar vida a uma zona da cidade cada vez mais importante no ciclo turístico da Covilhã, com várias iniciativas que aliaram a música, o património, a arte urbana e o teatro em locais emblemáticos do coração da cidade. Mas não só, também algumas praças e largos do concelho da Covilhã este verão, tiveram cultura e diversão, pela excelência da companhia Teatro das Beiras que levou "humor, leveza e boa disposição", através da sua 103.ª produção teatral "Entremezes". ----------
Neste capítulo não posso deixar de agradecer, aqui, a todas as entidades que ajudaram e ajudam a promover e a propagar a Covilhã como o Kayzer Ballet, o WOOL, a ASTA, as Adufeiras da Casa do Povo do Paul, da Associação Académica da UBI, do CAI, da Grande Roda, do Rancho de Unhais da Serra, do Rancho Folclórico da Boidobra, do Rancho Folclórico do Grupo Recreativo Vitória de Santo António, do Rancho Folclórico e Etnográfico do Refúgio e a Associação Empresarial da Covilhã. E muitas outras. ----------
Encontro Nacional de Travel Bloggers Portugueses ----------
Numa era de viragem do conceito tradicional de publicidade e promoção, em que as redes sociais assumem um papel cada vez mais importante na divulgação de conteúdos e onde os 'bloggers/influencers' têm um grande impacto nas tendências a seguir um pouco por todas as gerações, cinquenta participantes, entre os quais representantes de 31 blogues de viagens portugueses, com um alcance estimado em mais de 500 mil seguidores, escolheram a Covilhã para reunirem durante dois dias, 7 e 8 de Setembro, no Encontro Nacional de Travel Bloggers Portugueses. ----------
Foi mais do que uma simples visita pelos pontos turísticos da cidade, vieram para ver e dar conta dos hábitos e costumes covilhanenses, para apreciarem a paisagem, para conhecerem o património, a gastronomia, os eventos culturais e em momentos conversar com a comunidade e trocar ideias, foi mais uma prova do interesse que a Covilhã vem demonstrando neste setor de importância vital para a economia da nossa cidade. ----------

NEST----------
O NEST- Centro de Inovação do Turismo, projeto âncora da iniciativa Turismo 4.0, foi inaugurado no passado dia 18 de julho, no antigo edifício dos CTT, em plena Praça do Município da Covilhã, uma cerimónia que contou com a presença de Pedro Siza Vieira, Ministro-adjunto e da Economia, Ana Mendes Godinho, Secretária de Estado do Turismo, do Secretário de Estado da Valorização do Interior, João Paulo Catarino e o Presidente do Turismo de Portugal, Luís Araújo, entre outros, mas que pela sua enorme importância chamou a atenção e foi notícia de toda imprensa nacional e fóruns internacionais deste sector. ----------
Este importante instituto tem como objetivo a promoção da inovação e da tecnologia na cadeia de valor do turismo, o NEST assume como prioridades de atuação: "a experiência dos turistas, big data & analytics, soluções em sustentabilidade e competências digitais" sendo, constituída por oito entidades fundadoras: ANA Aeroportos, Brisa, Google, Microsoft, Millennium BCP, NOS, BPI e Turismo de Portugal. ----------
O seu principal objetivo é apoiar o desenvolvimento de novas ideias de negócio, a experimentação de projetos e a capacitação das empresas na transição para a economia digital, posicionando-se como um polo de referência internacional em termos de empreendedorismo e desenvolvimento de soluções inovadoras para o sector, e ao qual o nome da Covilhã será sempre associado. ----------
Mas a localização da sede, na Covilhã, além de inovadora não foi por acaso, lutou-se por ela, e acreditem que foi fácil face aos interesses de outras cidades do litoral. Foram pois os objetivos da estratégia deste executivo, da Câmara Municipal Covilhã de criar valor por todo o nosso território ao longo de todo o ano que convenceram o governo a escolher a Covilhã para sede do NEST, e por tal estarmos hoje de parabéns. ----------
Caras e caros deputados, ----------
Que a Covilhã está na moda, já todos nós sabemos. O número crescente de turistas quer nacionais ou estrangeiros, está à vista de todos os que circulam pela nossa cidade. Felizmente, não é apenas o turismo que cresce, basta passear pelo Centro Histórico para nos apercebermos das constantes mudanças, na sua recuperação, no investimento que as empresas e os particulares que acreditam nas potencialidades da Covilhã e no sector do Turismo veiem efetuando, para exemplo destas boas práticas temos mesmo aqui em frente a esta casa o exemplo dado pelo executivo deste município, com a recuperação do Pátio dos Escuteiros ------
A Covilhã tem uma estratégia para se destacar, quer ser uma das cidades mais competitivas, inovadoras, criativas e turísticas do Interior. ----------
Tem por objetivo atrair empresas para Covilhã, facultar ferramentas a quem queira lançar novas ideias na cidade e também apoiar estudantes e investigadores, os de dentro e os de fora.
Também através de diversas entidades como a UBI, o CHCB, o NEST e as associações empresarias e industriais, e outras iniciativas, todas elas interligadas, a Câmara espera desenvolver a economia da cidade, posicionando-a a uma escala nacional e porque não internacional, sem com isso descurar o mais importante, o impacto local. ----------
No final, tudo se resume a mais emprego e emprego mais qualificado, mais qualidade de vida e riqueza para as nossas gentes. ----------

Senhoras e senhores, ----------
Por tudo o que aqui foi dito podemos afirmar, a Covilhã não esta na moda, a Covilhã marca a moda!" ----------

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Dr. João José Casteleiro Alves colocou à votação os votos de congratulação, entregues à Mesa pelo Senhor Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, que a seguir se transcrevem: ***(Docs.11,12,13 e 14)*** ----------

"Voto de congratulação à Universidade da Beira Interior, ----------
Pela distinção obtida pelo World University Rankings do Times Higher Education 2020, que mais uma vez reconhece a qualidade da UBI, colocando-a, de acordo com a actual edição na lista das melhores universidades do mundo, e em 4.º entre as academias nacionais, juntamente com universidades com número de alunos superior e situadas no Litoral. ----------
Covilhã 20 setembro 2019" ----------

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***. -----

"Voto de congratulação a Sérgio Novo ----------
Presidente e diretor artístico da ASTA, que recebeu na sede da UNESCO, em Paris, o Prémio Confúcio de Alfabetização, que a UNESCO atribui, com o apoio do governo da República Popular da China em reconhecimento aos que se dedicam à "Alfabetização e Multilinguismo", tendo como "ferramenta" o teatro. ----------
Covilhã 20 setembro 2019" ----------

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***. -----

"Voto de congratulação a Rogélia Proença, ----------
Poetisa covilhanense, pela atribuição no Brasil no Troféu Literatura 2019, o prémio "Melhor Poeta do Ano", em reconhecimento a toda a sua obra literária. ----------
Covilhã 20 setembro 2019" ----------

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***. -----

"Voto de congratulação à Associação Geopark Estrela ----------
Que viu aprovada pelo Conselho de Geoparks Mundiais da UNESCO a sua candidatura a Geopark Mundial, ficando apenas a aguardar o parecer do conselho executivo da agência das Nações Unidas, facto que significa o reconhecimento do potencial geológico do território e do seu património natural e cultural e, nessa medida, um primeiro passo para o desenvolvimento sustentável de toda a região da serra da Estrela, que se traduzirá no aumento do potencial turístico, económico e social de toda a região, em especial da Covilhã, como principal porta de

acesso ao maciço da Serra da Estrela. ----------
Covilhã 20 setembro 2019" ----------

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação, foi o mesmo ***aprovado por unanimidade***. -----

--- Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** apresentou a Moção "Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas" que, a seguir, se transcreve: ***(Doc.15)*** ----------

"Moção ----------
Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas ----------

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter. ----------
A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício. ----------
É sentimento geral a necessidade de adoptar medidas no sentido da protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os factores, objectivos e subjectivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. ----------
Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera. ----------
Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder local democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente: ----------
O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento duma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar

para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre. ----------
É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da acção mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume. ----------
A protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adopção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias. ----------

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em 20 de Setembro de 2019, delibera: ----------

1 - Exigir a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local. ----------
2 - Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências. --------
3 – Instar o município a prosseguir e a intensificar as acções, medidas e projectos que no quadro geral de um programa de protecção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas ----------

Caso seja aprovada deverá a moção ser enviada para: ----------
O 1º Ministro ----------
Ministro do Ambiente ----------
Comissão do Ambiente da AR ----------

Os eleitos da Assembleia Municipal" ----------

--- Colocada a **Moção - Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas** à votação, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, PCP e IND) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)***. ----------

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: ----------

- Senhor **Prof. Bernardino Gata da Silva (DNCCP)**: "A minha bancada absteve-se. Não quis votar contra porque os superiores interesses da defesa do ambiente e da natureza não merecem muita contestação. ----------
Ainda há poucos dias, um altíssimo homem de ciência e de cultura decretou o não fornecimento de carne de vaca nas cantinas da Universidade de Coimbra. Eu penso que, por vezes, uma interpretação radical destas coisas leva-nos, muitas vezes, ao desastre do ridículo. ----------
Neste caso, em relação à proposta que é apresentada, a minha bancada absteve-se pelas razões já apresentadas." ----------

- Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: "A bancada do CDS absteve-se porque a moção enuncia considerandos políticos e não fundamentação científica. A preocupação ambiental creio que é um valor de todos e, por isso, não votámos contra e optámos pela abstenção." ----------

--- Senhora **Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, falou sobre a Educação dizendo: ----------
"Este ano, por sinal, tem sido um ano muito intenso em projetos já concretizados e outros projetos que estão a caminho. ----------
Nesta altura, especificamente de abertura do ano letivo e de regresso às aulas para alguns alunos e ingresso na escola pela primeira vez para outros, é sempre uma preocupação para os pais, para os encarregados de educação, para os senhores presidentes de junta, para os professores, para todos em geral, o pensar como é que as crianças se vão sentir naquela que será a sua "segunda casa", mas eu acredito que estudar, crescer e viver na Covilhã é uma tranquilidade para os pais, para os encarregados de educação e para as crianças. ----------
Gostava aqui de salientar o peso que a Educação tem para este Executivo, a importância que lhe é dada e que nos deixa também um pouco mais descansados. ----------
A Câmara Municipal demonstra ter como prioridade e aposta em políticas educativas que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão social e uma escola pública de excelência e isto consubstanciado em alguns projetos e ações municipais já concretizados. ----------
Mas, o que nós não nos podemos esquecer é que, durante décadas, em mandatos anteriores da gestão socialista, houve um desinvestimento nas escolas do concelho e todas elas precisam de obras, obras substanciais, isso é uma verdade. Só que, durante mandatos consecutivos, isso não foi feito. Este executivo tem-no feito durante estes últimos 6 anos em que está a gerir o município. Claro que se tem que começar por algum lado, mas o caminho também se faz caminhando! ----------
O investimento que foi anunciado de 1 milhão e meio na remodelação das escolas só pode ser recebido de bom agrado por todos nós. A compra de mesas, cadeiras, equipamento informático, material didático, tudo isto é muito importante para que as crianças e alunos sintam realmente que a escola é, de facto, a sua "segunda casa". Claro que isso vai influenciar tanto no sucesso

como na motivação dos alunos no regresso à escola. ----------
Que há ainda muito a fazer, há. É preciso fazer muito e será também no futuro, mas também não nos podemos esquecer que só agora é que o Governo Central olha para nós, aqui no Interior, como gente porque, há um tempo atrás, olhava para nós como números e esqueceram-se que investir na Educação é investir na Economia, mas este Executivo não esqueceu isso. Tem demonstrado isso mesmo. ----------
A Câmara teve aqui um papel fundamental no apoio aos mais carenciados e não só, fomentando a igualdade no acesso à Educação e no ensino de qualidade para todos. ----------
Também gostava de referir que, no âmbito da delegação de competências no que se refere às componentes de apoio à família, há aqui uma dupla eficiência: para as crianças e para os alunos que vão frequentar as componentes de apoio à família, nomeadamente as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo e o projeto *Eu Sou Mais* que, para além de dar apoio às famílias, aos pais e encarregados de educação que têm de trabalhar, tendo um horário alargado até às 19 horas, vai também beneficiar as crianças em atividades muito interessantes, desde a robótica, música, informática, cidadania. Isto vai também enriquecer o currículo das crianças e isto também é a pensar no futuro. ----------
Isto sim são medidas socialistas. São medidas que abrangem a todos sem excluir ninguém. -----
Por falar em inclusão, a Câmara Municipal tem um projeto também muito interessante de combate ao insucesso escolar que consiste no *Espaço dos Sentidos*. O *Espaço dos Sentidos* tem duas salas: uma multissensorial e uma de integração social. Este projeto consiste no combate ao insucesso escolar através da estimulação sensorial que vai permitir a que crianças com necessidades específicas ultrapassar determinadas dificuldades, dificuldades essas que nos são muito comuns (dislexia, deficit de atenção, hiperatividade, …). Isto demonstra a importância que o Executivo dá à Educação e à não exclusão de qualquer um. Mesmo que sejam apenas alguns, esses alguns, mesmo que sejam poucos, são importantes. ----------
Gostaria apenas de referir também que existem outros apoios, como os que estão contemplados também no Plano de Mobilidade, como o apoio aos transportes para estudantes que frequentam o ensino obrigatório (até ao 12.º ano), duas bolsas de estudo para alunos que vão ingressar no ensino superior, apoios dados no *ERASMUS +*, para além de outras parcerias que o Município já tinha e que vai fomentando com a comunidade escolar. ----------
Portanto, os projetos estão aí e só não vê quem não quer. Torna-se claro que a Educação é prioridade e que a Câmara Municipal pensa em todos e em cada um. Só assim é que os pais, os encarregados de educação e todos os envolvidos ficam mais descansados e só assim é que as escolas se tornam um lugar de oportunidades para que as crianças possam, de facto, serem aquilo que elas sonham e aquilo que elas quiserem." ----------

--- Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez uma intervenção que se transcreve ***(Doc.16)***: ----------

"Saudações ----------

Refletindo ----------

Para o Dr. João Pereira, atual diretor do Expresso, os problemas da saúde assentam em questões ideológicas e financeiras. Seguindo a sua linha de raciocínio também a nós nos parece que discutir os problemas da saúde à luz desta ou daquela ideologia política é o caminho mais curto para o erro aquando da tomada de decisão. ----------

No centro de toda atividade clínica e das preocupações dos profissionais da saúde deve estar o utente cujas necessidades e expectativas devem ser satisfeitas e se possível ultrapassadas. Ao colocarmos no centro da atividade dos serviços de saúde as preocupações que os governantes têm com a vertente financeira é estarmos a atribuir à vida humana determinado valor material. Como os recursos são escassos e finitos não poderemos fugir à importância dos aspetos financeiros. O último Governo PSD/CDS colocou Paulo Macedo, um perito em finanças, a gerir as contas do ministério da Saúde. ----------

António Costa optou por uma solução mais musculada dando a Mário Centeno autoridade para por e dispor, levando a que quem tem dinheiro, seguro de saúde, amigos influentes ou é beneficiário de alguns subsistemas de saúde trata-se, quem não tem fica à mercê. ----------

Saliente-se que na próxima segunda-feira também a ADSE vai limitar o acesso aos medicamentos inovadores. As novas regras determinam para os beneficiários da ADSE as mesmas condições do SNS. Assim, os novos fármacos para reduzir o risco de metástases em cancros da mama, pulmão, próstata ou melanoma que estão a ser recusados pelo lnfarmed aos doentes dos hospitais públicos, passam igualmente a ser vedados na rede privada para quem tem a ADSE. ----------

Luís Costa, presidente do Colégio de Oncologia Médica, também tornou público que o SNS não está a garantir o melhor tratamento aos doentes com cancro, nem sequer a garantir igualdade de oportunidade de tratamento. ----------

Reiterou a denúncia acerca da recusa do lnfarmed em dar fármacos inovadores que podem salvar vidas a doentes do foro Oncológico e acusa o governo de se escudar com argumentos pseudotécnicos, aquilo que é uma decisão politica sustentada no orçamento de estado do senhor ministro Mário Centeno. ----------

No quadro atual, o lnfarmed autoriza medicamentos inovadores quando a doença já passou para o estádio de incurável, perdendo-se a oportunidade de cura, colocando, com este procedimento, a questão económica à frente da eficácia terapêutica. ----------

Mas a questão não se resume nas diferenças de acesso aos medicamentos inovadores. O presidente do Colégio de Oncologia médica sugere, também, que se analise a taxa de incidência

e de mortalidade por cancro da mama. Este indicador aponta que a incidência é maior no litoral mas a mortalidade é maior no interior. ----------

Os hospitais do interior têm que tratar com a mesma qualidade dos hospitais do litoral e têm que garantir as mesmas expectativas aos doentes. Para tal torna-se necessário entre outras medidas: ----------

- Que os hospitais do interior invistam na qualificação dos seus profissionais e na constituição de equipas multidisciplinares especializadas. ----------

- Que existam verdadeiros incentivos para os profissionais do sector da saúde que trabalham no interior. ----------

- Que a dotação financeira dos hospitais do interior seja revista, de modo sério e coerente, tendo em conta a sua realidade; ----------

- Que os hospitais do interior tenham maior autonomia na tomada de decisão para adequarem a sua gestão às reais necessidades do interior. ----------

Disse.” ----------

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da Ordem do Dia. ----------

4. *PERÍODO DA ORDEM DO DIA*

4.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. --

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra aos seguintes Membros Municipais: ----------

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, relativamente à presente informação escrita, “continua a padecer dos mesmos vícios que já foram aqui reclamados inúmeras vezes e, pelos vistos, nada.

As opiniões são meras opiniões, não é? Mas é aquilo que diz a Lei e infelizmente, a sua Presidência não cumpre, nem uma nem a outra, nomeadamente onde estão os processos judiciais que é obrigatório por Lei indicar e não estão indicados." ----------
No que dizia respeito à informação financeira, referiu que iriam ter hoje a oportunidade de saber qual é a fidelidade da mesma. ----------
De seguida, deu os parabéns à Câmara Municipal "pela eficácia e prontidão no acolhimento daquilo que são as propostas e as preocupações do CDS, nomeadamente nas reuniões de Câmara. De facto, não é normal e é de louvar que, tendo sido um assunto levado hoje à reunião de Câmara de manhã, já tenha repercussões da parte da tarde junto das escolas. Estou a falar desta questão do apoio às famílias que tive agora a oportunidade de saber que já foi enviado o despacho e informação em que o regulamento, que previa o pagamento total das atividades ou apoio às famílias, quer se utilizasse, quer não se utilizasse, já foi corrigido e inclusivamente, pelos vistos, já foi oferecido o mês de setembro às famílias nessa matéria. É de louvar." ----------
Prosseguiu dizendo que, na informação escrita remetida, "desde junho até agora, ao contrário daquilo que se vem aqui dizer que está tudo um "brinquinho" neste concelho, nada é falado sobre uma matéria que é essencial em matéria de Educação. A Câmara assumiu as competências em matéria do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e, nesta informação escrita, nada vem sobre essa matéria. É curioso. O ano escolar começou há uma semana atrás e, portanto, as perguntas que se têm que fazer ao Senhor Presidente é se, efetivamente, assumiram alguma competência ou não e quem está a gerir as escolas do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico da Covilhã porque daquilo que se vê na informação da atividade da Câmara, zero e o ano já começou. A pergunta que se faz é: quando é que vai assumir as competências que supostamente deviam ter sido assumidas já em setembro?" ----------
Por último, lembrou que, na Sessão Ordinária de fevereiro, tinha alertado o Senhor Presidente da Câmara para "a falta de planeamento e de planificação do concelho da Covilhã", tendo o Senhor Presidente, na altura, respondido que "está tudo a andar; até já temos um responsável pela elaboração do plano 2030; e que, em junho, iria ser feito um fórum para apresentar e começar a discutir esta questão do planeamento e do futuro da Covilhã nos próximos 10 anos."
Referiu que, com um inquérito realizado, tinha ficado "esperançado e que, afinal, as coisas estavam a andar. Chegou-se junho, julho, agosto, setembro e plano? Planificação? Pensar a Covilhã? Continuamos exatamente na mesma, como desde sempre! É de lamentar! Acho que é a altura de o Senhor Presidente assumir que, de facto, tem que cumprir aquilo que se diz, pelo menos aos membros da Assembleia e que nos levam a acreditar que há pessoas de boa-fé e que estão a trabalhar em prol da Covilhã." ----------

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** iniciou a sua intervenção informando que, da leitura do documento, tinha ficado surpreendido com uma "decisão da Câmara em que decidiu abrir o concurso para 7 técnicos superiores, 3 assistentes técnicos e 1 (e só 1) assistente operacional (coveiro). ----------

Lembro-me de a Câmara, de os eleitos do PS e os técnicos da Câmara afirmarem e queixarem-se que, no setor operacional, *não temos carpinteiros; não temos eletricistas; não temos canalizadores para fazer face às necessidades do parque habitacional ou habitações sociais da Câmara. Não temos. É difícil. Não temos para dar resposta às necessidades das escolas do 1.º ciclo nestas áreas.* ----------

Mas, entretanto, quando a Câmara decide lançar o concurso é para o sector técnico e não para o sector operacional." ----------

Continuou a sua intervenção falando sobre o tema do Bairro do Património, recordando que o Senhor Presidente da Câmara tinha informado, na última sessão da Assembleia Municipal, que estaria a "implementar um tratamento igual para todos os inquilinos de habitação social no concelho e daí tentar, neste Bairro do Património, colocar os seus residentes a pagar renda. ----

Mais tarde, veia afirmar na Câmara que havia umas dúvidas e que pediu um parecer jurídico. –

Em 1 de agosto, em declarações à *Rádio Clube da Covilhã*, declarou que, afinal de contas, as casas não são da Câmara. ----------

Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara como vai resolver o tal "imbróglio" jurídico criado porque a solução passa aqui pelo reconhecimento do direito dos residentes para tomarem posse dos edifícios. Não vejo outra solução. Porque foram eles que, durante 40 anos, conservaram as habitações e fizeram as beneficiações. ----------

Só há uma saída: a Câmara Municipal, face à situação que criou, ajudar as pessoas a resolverem o problema no registo das casas." ----------

Abordou ainda o tema da transferência de competências da Educação referindo que só 76 câmaras municipais tinham aceite a mesma. ----------

Falou sobre "parques infantis degradados, fechados, não utilizados – Largo da Feira – Montes Hermínios – Peso – outros, assim como não se percebe porque é que o edifício da Bolinha de Neve continua fechado. Ou seja, está encerrado e temos a necessidade de um serviço de creche na cidade. Existem listas de espera de dezenas de famílias que necessitam deste apoio. Penso que a Câmara Municipal mais o Ministério da Educação poderiam aproveitar este equipamento e oferecer esse serviço à cidade e à população que carece dele. ----------

O caminho do Porsim parece que desta vez também lá não vai; pavimentação da estrada Ourondo – Casegas – Sobral também não se vê; e também não se vê, como é evidente Vales do Rio – Peso que continua por pavimentar." ----------

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** entregou o requerimento que a seguir se reproduz: ***(Doc. 17)*** ----------

"**REQUERIMENTO** ----------

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia ----------

Ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, Artigo 2.º, n.º 3, alínea d), referindo o mesmo que "**Compete ainda à Assembleia Municipal: solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre execução de deliberações anteriores**", serve o presente para: ---------

Requerer à Mesa da Assembleia Municipal informação sobre a data previsível de execução das obras de Regulamentação de Trânsito da Freguesia de Boidobra na Rua Centro Paroquial e Rua das Escolas, conforme deliberação da CMC de 18/12/2015. ----------

O Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra" ----------

Acrescentou que "não devemos colocar expetativas às pessoas que depois não se podem cumprir. A expetativa foi criada; há uma deliberação da Câmara Municipal; há uma necessidade concreta de organização do trânsito naquela via que é a principal de acesso ao centro histórico; e andamos a "chutar para a frente". ----------

Portanto, para quando a execução desta deliberação?" ----------

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** colocou as seguintes questões: **(Doc. 18)** ----------

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã. ----------
Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal da Covilhã. ----------
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. ----------
Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal da Covilhã. ----------
Exmos. Deputados Municipais. ----------
Meus Senhores e Minhas senhoras. ----------

Mais uma informação escrita prestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Sem que haja uma estratégia da atividade camarária pré definida e delineada. ----------
Continuamos a verificar que a cidade e o concelho não possuem um fio condutor tendo em vista a concretização de objetivos pré-delineados, estudados e aferidos. ----------

Mais uma vez, o executivo camarário vai gerindo o dia-a-dia. Não há uma estratégia que abranja o presente e vise o futuro. Não há projetos. Não há investimento. Continuamos a não sair do nosso burgo no sentido de procurar no país ou no estrangeiro, nomeadamente na Europa, os investimentos que permitam dinamizar a cidade e o seu concelho e consequentemente criar postos de trabalho que incentivem as pessoas a morar na Covilhã e no seu concelho. ----------
Registamos com agrado, a iniciativa relativa ao verão no Centro Histórico. Sem dúvida uma excelente iniciativa que permite uma feliz divulgação do centro Histórico, permitindo de uma forma bem-disposta e alegre um melhor conhecimento da Covilhã. Iniciativa esta que com o empenho da Srª. Vereadora da Cultura e os apoios dos técnicos do seu departamento trouxe mais vida e melhor conhecimento das pessoas, do centro da cidade. ----------
Contudo, entendemos que só esta iniciativa não é suficiente para uma adequada divulgação da cidade e do concelho. ----------
Por outro lado, verificamos que a Feira de S. Tiago continua a ser muito pobre, sem refletir a realidade da cidade e do concelho, das suas gentes, das suas empresas, das suas instituições. No ano passado alertamos para tal realidade, apelando para a necessidade de reformular a tempo e horas a Feira. Apelo infrutífero. Por isso perguntamos: Qual o modelo que pretendem implementar? Para quando a adequada análise e reflexão tendo em vista a sua reformulação, de forma a que tal certame seja uma amostra do que se faz na cidade e no concelho e o que fazem as nossas empresas e instituições? Para Quando? Por outro lado, continuamos a verificar o seguinte: ----------

1. Obras nos bairros sociais. O que é feito para dar melhores condições a quem precisa de uma habitação para viver? ----------

2. Estrada no concelho: para quando a realização das obras de melhor acesso do Ourondo – Casegas? E do Troço de Vales do Rio – Peso? E a estrada Ferro – Peraboa? E a estrada do Pereiro e S. Jorge da Beira? Tendo em atenção que a cidade da Covilhã está a ser objeto de alcatroamento ou "pintura" em alcatrão, qual o critério utilizado para se beneficiar algumas artérias da cidade e não se alcatroar as estradas supra indicadas? Qual a razão que o troço Vales do Rio/Peso não é alcatroado? Será pelo facto da junta não ser do PS? ----------

3. Limpeza das ribeiras: a ribeira da De Goldra já foi em parte limpa, o que se saúda. Mas quando está prevista a limpeza da parte restante? E a ribeira da Carpinteira? ----------

4. O posto da GNR do Tortosendo quando é construído? Havia previsão para a construção da obra … O que sucedeu? E de Unhais da Serra, o que está a ser feito? ----------

5. A Câmara colocou à venda os terrenos frente ao Data Center, em hasta pública preparada para venda de 36 lotes a um único comprador; À última hora ninguém apareceu para esta licitação. ----------
   Seguiu-se a venda lote a lote de apenas 6 lotes de 36 disponíveis. Como foi estabelecido o preço? Qual a razão pela qual o candidato vai ter de construir as Infraestruturas? ------
   Qual a razão pela qual a Câmara Municipal da Covilhã alterou e abriu mão de um "campus" qualificado para emprego e empresas (onde esta câmara não foi capaz de conseguir um único investidor) para acabar por dar lugar a um bairro habitacional como tantos outros no concelho, de procura mínima de lotes? ----------

6. O projeto do novo aeródromo como está? Em que fase se encontra? ----------

7. Ciclofaixas, as ruas da cidade que não conhecem pintura nas passadeiras há anos, estão a ver nascer ciclofaixas para bicicletas; uma vulgar pintura em cima do asfalto. ----------
   Uma cidade de montanha que não cuida dos elevadores e funiculares, pois estão sempre avariados e da Ponte da Carpinteira vandalizada e abandonada, assiste agora à pintura de arruamentos sem adaptação de verdadeiras ciclovias, não preservando a segurança das pessoas, nomeadamente os utilizadores das ciclovias, já que as mesmas não têm condições de segurança. Porquê estas ciclovias? ----------

8. Programa de mobilidade urbana. Tivemos conhecimento que teria sido aprovado em junho o programa da mobilidade urbana. Tal instrumento é necessário em toda e qualquer cidade. No entanto pergunta-se: Qual o estudo realizado? Quais as opções tomadas? O programa é da cidade ou também abrange o concelho? ----------
   Foi feito algum estudo do trânsito? E dos transportes públicos? Como os mesmos são articulados? E nas zonas rurais do concelho o que está previsto? ----------

9. Barragem da Covilhã: Em que fase se encontra o processo? Na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara disse em Julho teria uma reunião com responsáveis governamentais. O que se passou? O que foi decidido? A construção da barragem é ou não uma prioridade para este executivo Camarário? ----------

10. Funcionários. Quantos funcionários tinha o Município (Câmara e empresas Municipais) em janeiro de 2014? Quantos tem hoje, setembro de 2019? Quanto montam os custos hoje e naquela data? ----------

Aguardamos respostas. ----------
Sinceramente esperamos que as haja, pois toda e qualquer questão por mais incómoda que pareça, deve ter uma resposta. ----------
Devemos passar das palavras aos atos … devemos respeitar quem pensa de forma diferente … devemos promover o diálogo em vez da crispação. ----------
Para bem da transparência. ----------

Para bem da democracia. ----------
O Presidente do Grupo Parlamentar do "De Novo Covilhã"" ----------

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: ***(Doc. 19)*** ----------

"**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,** ----------
A Freguesia da Boidobra necessita com urgência de intervenções de pavimentação em algumas artéria e arruamentos, pelo que importa proceder ao trabalho de conceção e planeamento, analisando necessidades e priorizando intervenções. ----------
Por forma a apoiar o trabalho a ser desenvolvido pela CMC, elaborámos informação com as vias que necessitam de requalificação e as novas vias onde propomos seja efetuada intervenção. ---

Rua do Bairro Novo e Rua da Boavista (462 metros) ----------
Esteve em tempos projetada uma Variante à Boidobra, projeto que acabou por ser abandonado e eventualmente se revela como um investimento de grandes dimensões. Não desprezando o mesmo, a alternativa existente para evitar a rua estreita de Santo André (que tem 2 sentidos e que muitas vezes obriga a manobras delicadas) é a Rua da Boavista (já pavimentada e que necessitaria de um pequeno alargamento e a Rua do Bairro Novo (já pavimentada mas em muita mau estado de conservação). ----------
Solicitámos já no local a técnicos da CMC a reparação urgente dos buracos existentes e o estudo desta possibilidade. Solicitamos que seja concretizado estudo para a realização desta importante obra. ----------

Rua do Forno (62 metros) e Rua do Alvercão (658 metros) (Quinta Branca) ----------
Estas vias encontram-se pavimentadas mas em estado muito degradado. Junto à Rua do Forno está atualmente em andamento uma obra de urbanização de moradias, esperando-se que os arranjos exteriores sejam efetuados. A Rua do Alvercão necessita intervenção urgente, tendo em tempos já sido objeto de estudo. ----------
Solicitámos já no local a técnicos da CMC a reparação urgente dos buracos existentes e o estudo desta possibilidade. Solicitamos que seja concretizado estudo para a realização desta importante requalificação. ----------

Quinta da Alâmpada – Sítio da Cruz (608 metros) ----------
Via em terra batida que requalificada seria um importante ponto de acesso e ligação entre a zona da Alâmpada e a zona do Centro Histórico da Freguesia. ----------
Pelo meio encontra-se um viaduto da EN18 que também é atravessado por um ribeiro. ----------
Solicitamos estudo para a sua pavimentação. ----------

Rua Mata Mouros (736 metros) ----------
Via em terra batida, importante para acesso a habitações, escoamento de trânsito e ligação ao Rio Zêzere. ----------

Solicitamos a sua pavimentação. ----------

Rua do Posto Emissor (260 metros) ----------
Via em terra batida, importante para acesso a habitações, escoamento de trânsito e ligação à A23. ----------
Solicitamos a sua pavimentação. ----------

Quinta Branca – Tapado (1678 metros) ----------
Via em terra batida, importante para acesso a habitações e explorações agrícolas. ----------
Solicitamos a sua pavimentação. ----------

Moreirinha – Carregal (1547 metros) ----------
Via em terra batida, importante para acesso a habitações e explorações agrícolas. ----------
Solicitamos a sua pavimentação. ----------

Sabendo de algumas intervenções semelhantes efetuadas no Concelho, solicitamos à Câmara Municipal da Covilhã a melhor atenção para este assunto. ----------
O Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra" ----------

--- O Senhor **Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando no Plano de Mobilidade dizendo que não estavam a cometer nenhum "atentado" ao património arquitetónico ou arqueológico. "O projeto da rede ciclável foi submetido a parecer da Direção Regional de Cultura do Centro que emitiu parecer favorável." ----------
Referiu que as críticas surgiam "na fase em que a obra está a ser levada a efeito, não tendo o mesmo impacto visual que terá no final, quando ela estiver concretizada" e tranquilizou os membros municipais dizendo que "as questões de convivência das estações de carregamento com os imóveis classificados da cidade, sejam as muralhas ou a Capela do Calvário estão salvaguardadas face ao parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Centro." ----------
Relativamente à não existência de postos de carregamento de carros elétricos na Covilhã, informou que, "por deliberação da Câmara de 22/12/2017, decidimos aderir ao projeto MOBI.E e estamos a aguardar, desde essa data, que seja instalada o equipamento correspondente a um posto com duas posições de carregamento a localizar na Rua António Augusto de Aguiar, junto ao Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo" que já se encontra em obra. ----------
Falando em obras, referiu que "a Covilhã está um estaleiro e vai ficar mais! Depois quero ver quando nós começarmos a fazer as estradas e as ruas que todos estão aqui a reivindicar. Vão dizer: "lá estão os Socialistas a fazer campanha eleitoral!" Agora reivindicam; quando as começarmos a fazer vão dizer que estamos a fazer propaganda eleitoral. Cá estaremos depois para ouvir e para fazer balanços a esse propósito." ----------
Sublinhou que "somos o município do distrito de Castelo Branco com mais projetos de fundos comunitários e que melhor aproveitou este quadro comunitário de apoio." ----------

Quanto aos postos da GNR, informou que o do Tortosendo se estava a aguardar, por parte do Serviço de Infraestruturas do Ministério da Administração Interna, que se defina a aceitação ou não aceitação do terreno proposto pela GNR em consenso com a Câmara Municipal. "Os critérios para densificar o projeto já estão estabelecidos e, em função da escolha, assim será elaborado o projeto que é aquilo que cabe ao Município da Covilhã em termos do que acordámos com o Ministério da Administração Interna. ----------
No que concerne ao de Unhais da Serra, também aguardamos que se defina o *layout* do espaço para que se realizem as obras de adaptação. ----------
Estando a cumprir o mandato, feito o saneamento financeiro que tínhamos que fazer e que estamos a "esfolar o rabo das dificuldades", que tem a ver sobretudo com a aprovação do Plano de Substituição de Dívida, estaremos em condições com a folga, não para fazer tudo, mas aquilo que for mais urgente, mais premente, naquelas situações onde há maior circulação de pessoas e de veículos, nos sítios onde é mais indispensável ao incremento da atividade económica, naquelas situações onde as vias estão muito degradadas, todas essas situações serão objeto de intervenção." ----------
Quanto ao problema do Porsim, tranquilizou os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira e de Casegas/Ourondo "porque o Porsim vai ser uma realidade. Nós não prometemos o Porsim para "inglês ver"! É para fazer e vai ser feito. Já devia estar feito! Aliás, esta estrada foi prometida na Alemanha, na década de 90, por quem assumia os destinos municipais." ----------
Voltou a abordar o tema das ciclovias, dizendo que, "não obstante a Covilhã ser uma cidade de montanha, temos, tal como os outros, o direito de ter uma ciclovia. As bicicletas elétricas, capazes e adaptadas à montanha, são harmonizáveis com a orografia da nossa cidade para complementar o que de bem foi feito no passado, no que diz respeito ao combate a essa mesma dificuldade e à nossa orografia e que são os funiculares e os elevadores. ----------
Isto para dizer o seguinte: se nós não tivéssemos aderido à rede Ciclável teríamos aqui um "coro" de protesto a dizer que a cidade A tem uma ciclovia; a cidade B tem uma ciclovia; …; e a Covilhã? Que quem está a frente dos destinos da Covilhã não tem visão, não tem fio condutor; não tem estratégia. ----------
Agora que ela cá está, é uma "desgraça"! Vamos demolir edifícios para construir uma ciclovia?! Eu vi em Paris ciclovias idênticas às que vamos ter aqui! ----------
O que nós fazemos é criar uma faixa, que há de ter as características que são exigidas pelo Código da Estrada, com segurança, sinalização, faixas/listas brancas, objetos luminosos e físicos e, à exceção da via que liga a rotunda do *Hotel Puralã* até ao do *Intermarché* (que fica só com um sentido de trânsito num e no outro sentido, as restantes vias ficarão como estão (com duas faixas)", ressalvando que as situações dos veículos de emergência estavam salvaguardadas, uma vez que as características da via assim o permitiam. ----------
Aproveitou ainda para informar que, no âmbito da apresentação do Plano de Mobilidade em Bruxelas, "esta ideia de a Covilhã ter uma ciclovia foi acarinhada, saudada e incentivada pelos melhores especialistas europeus nesta matéria." ----------

Quanto à temática do Bairro do Património, referiu que tinham estado presentes, na reunião de Câmara, alguns moradores e que "as aparentes contradições da Câmara Municipal ou de mim próprio não passam disso mesmo: são aparentes. Temos cidadãos que estão a utilizar aquela casa sem título; outros têm um título que é a escritura de usucapião; e outros estão "ao abrigo de uma doação" que foi feita à Câmara Municipal pela Diocese da Guarda em 2002, mas por razões compreensíveis e naturais nunca foi feito o registo. ----------
Há uma coisa que é certa: podem os senhores moradores do Bairro do Património estar tranquilos porque lá continuarão a viver, com os direitos que adquiriram e não verão cerceado qualquer direito; não terão que pagar o que quer que seja para resolver este assunto que será resolvido pela Câmara Municipal." ----------
Relativamente à Educação, referiu que "não foi pelo facto de algum dos Senhores Vereadores da Oposição, designadamente do Senhor Vereador do CDS-PP, ter falado em questões relacionadas com a Educação que fizemos ou deixámos de fazer o que quer que seja. Aquilo que está a ser feito foi pensado, deliberado, consensualizado, ouvindo os pais. Andámos nas escolas a "dar a cara", a falar com as associações de pais, com os encarregados de educação, com os coordenadores das escolas, com os educadores, com os professores e ouvimos de viva voz os problemas. Constatámos quais eram as dificuldades e que há muita coisa por fazer, apesar do nível elevado de execução que despendemos (cerca de 1,5 milhão de euros). ----------
Relativamente ao 2.º e 3.º ciclo e ao secundário, dizer que há um plano atual de atividades enviado às direções de agrupamentos e às escolas não agrupadas. Há um plano inovador integrado de combate ao insucesso escolar que está a ser implementado." ----------
Informou sobre a constituição de uma comissão de acompanhamento e monitorização do processo de transferência das competências no domínio da Educação, sendo o presidente da mesma, comunicando que "dela fazem parte todos os diretores de todos os agrupamentos e de todas as escolas, bem como pela Senhora Vereadora. ----------
O processo está a ser tranquilamente implementado com respeito pela autonomia pedagógica, pelo poder de direção e disciplina que os senhores diretores têm nas suas escolas e, portanto, tudo está a ser feito em conjunto e em cooperação, de uma forma leal, aberta, sem traumas ou ruturas." ----------
Quanto à Feira de S. Tiago, disse que "este modelo da Feira de S. Tiago está, há mais de 20 anos, esgotado. Temos que o admitir e fazer todos um *mea culpa*. Todos temos culpa nisso. Agradeço é que, em vez de virem aqui clamar sempre e sistematicamente, apresentem propostas concretas sobre como reabilitar, reativar, dinamizar, modernizar, adaptar aos nossos dias a Feira de S. Tiago. Ela, efetivamente, precisa. Aliás, a própria Feira de S. Mateus já está desfasada. Tem muito mais impacto do que a nossa, mas é um modelo já visto. Temos de ser ainda mais ousados. Temos todos que melhorar e os contributos dos senhores Deputados, Presidentes de junta ou qualquer outro nosso concidadão são todos bem-vindos." ----------
Esclareceu que, relativamente ao loteamento junto ao *Data Center*, "dos 36 lotes, já vendemos 6. O nosso objetivo é que os consigamos vender todos e vamos conseguir vendê-los todos. Estes lotes estão localizados numa zona que nada colide com o *cluster* das novas tecnologias que ali existe. Não usurpámos espaço da *Altice/PT* porque lá está salvaguardado. ----------

Por outro lado, depois deste loteamento, sobra-nos 120 mil metros quadrados. Não há nenhum prejuízo para este *cluster*. ----------
Quem, maldosamente, anda a dizer que ocupámos tudo com habitação está a mentir. Estejam absolutamente tranquilos e tenham a vontade de investir ou de trazer investidores que têm lá 120 mil metros quadrados para construírem." ----------
Por último e por o tempo não permitir responder a todas as questões colocadas, falou sobre o aeródromo. "Vindo da bancada de onde vem é risível. Como diria o Senhor Professor Freitas do Amaral, a quem aproveito para lhe desejar boas melhoras, é preciso topete para que quem desmantelou, quem inutilizou, quem condenou o aeródromo, tenha a distinta *latosga* de vir aqui a falar do aeródromo! Já se sabe que, quando ele foi desmantelado, estavam os nossos vizinhos a esfregar as mãos para construírem, como efetivamente o fizeram. Agora falar num projeto que havia no Terlamonte, com ruínas romanas em abundância, no dia em que começássemos a obra nunca mais terminava! ----------
Temos um sítio alternativo. Estamos a trabalhá-lo sem espavento, sem publicidade e com vontade de, trazendo outros parceiros, concretizar esta ideia porque a Covilhã não é uma ilha. Está inserida numa região e a Covilhã, como principal polo dinamizador da vida económica da região, tem que ter uma infraestrutura destas, mas não é da noite para o dia e não é depois de se ter desmantelado de forma tão grave aquela infraestrutura que agora se vem aqui clamar onde está a outra." ----------

--- Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** solicitou que lhe fosse enviado o parecer da Direção Regional de Cultura do Centro sobre a rede Clicável. ----------

4.2 INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E CONTAS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS

--- Os Administradores das empresas Municipais apresentaram informação sobre a atividade e contas das mesmas, tendo-se seguido a seguinte ordem: ----------

1.º Dr. António Garcia – *Águas da Covilhã;* ----------
2.º Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro – *ICOVI*; ----------
3.º Jorge Patrão – *PARKURBIS*. ----------

- Os documentos respeitantes às apresentações feitas que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Antes da apresentação do Administrador da *PARKURBIS*, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção ao membro municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) que não tinha dado permissão para gravar a presente sessão. ----------

--- Após as apresentações feitas, foram intervenientes os Membros Municipais: ----------

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** agradeceu aos Senhores Administradores das empresas municipais pelas informações prestadas. "Contudo, com a velocidade da passagem dos documentos e dos números, é muito difícil qualquer apreciação séria, quer positiva, quer negativa, se não houver alguma fundamentação/estudo/comparação dos próprios números. – Salientava aqui a afirmação feita por dois dos três Administradores, nomeadamente o da *ICOVI* e o da *AdC*, a vantagem e a redução de custos que foi concretizado com a internalização de alguns serviços, invés do *outsourcing* da contratação exterior ao contrário da externalização. – Registo isso como um elemento positivo porque sempre defendemos que essas empresas municipais, assim como a Câmara Municipal, deverá ganhar capacidade operativa para realizar diretamente as funções a que está obrigada a desempenhar. ----------
Fico, de facto, contente que esses dois administradores dessas duas empresas tenham demonstrado e constatado que realizando o trabalho diretamente fica muito mais barato e conseguem-se ganhar algumas economias. ----------
Na *AdC* dizer, e isto não se prende com o preço da água, mas sim com a fatura da água, a necessidade e a possibilidade de se efetuar um esforço da redução dessa fatura, reduzindo os custos ao nível do saneamento e dos resíduos sólidos. Esses dois itens da fatura são, de facto, demasiado elevados. Penso que a renegociação com as Águas da Serra, aos quais está concessionada a manutenção e conservação das águas residuais, é uma premência para reduzir as rendas que esta empresa recolhe da população da Covilhã porque são valores muito elevados." ----------
Por último e se fosse possível, solicitou que lhes enviassem os documentos hoje apresentados pelos Senhores Administradores das empresas municipal "para uma análise mais cuidada". -----

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** agradeceu também aos Senhores Administradores das empresas municipais pelas informações prestadas e começou por falar do *PARKURBIS*. ----------
"Gostava de perguntar ao Senhor Jorge Patrão o seguinte: ----------
Para se garantir o equilíbrio económico do *PARKURBIS* tem de se cumprir quatro alíneas que deve conhecer e que constam da página 14 do último relatório de contas. ----------
Como sabe, o *PARKURBIS* não pode ter mais 50% de subsídios de exploração. ----------
Dá-me ideia que foi por isso que inventaram este contrato de arrendamento em que a Câmara Municipal da Covilhã injeta dinheiro da forma como viemos a saber há dias. ----------
Queria que me confirmasse, de facto, esta situação. ----------
Assistimos, desde 2013 ou seja nos últimos 6 exercícios económicos, à maior destruição de capital da vida do *PARKURBIS* que, no seu total acumulado, é de 1.149 mil euros e, com o Dr. Jorge Patrão à frente do *PARKURBIS,* essa destruição de capital foi de 82% do valor total, ou seja, 917 mil euros. Como é que isto é possível? ----------
Houve apenas um único exercício, em 2015, em que houve resultados positivos no *PARKURBIS* e o Senhor fala num sucesso sem precedentes! ----------

Depois fiquei aqui a saber que a estratégia era também de maximizar o lucro. Pois bem, o Senhor Presidente da Câmara diz aqui que aquela empresa não é para dar lucro. Então, se não é para dar lucro, é para quê? ----------
Depois, ouvimos aqui desdobrar números relativamente a números de trabalhadores. De um parque de ciência e tecnologia?! Até podia lá ter dois trabalhadores! Um parque de ciência e tecnologia é o valor que acrescenta e não o número de postos de trabalho que tem! Nem sequer têm noção do que vêm aqui dizer à Assembleia. Esteve a falar da *Benoli,* mas a *Benoli* está no *PARKURBIS*? ----------
Gostava também de perguntar, relativamente ao relatório de 2018, o que tem a dizer sobre as reservas que o Revisor Oficial de Contas faz neste relatório e perguntar-lhe o que está a fazer para ultrapassar estas situações. E, já agora, que comentário merece ou dirá a Administração à ênfase dada no mesmo relatório que indica a proibição da participação em sociedades comerciais, situação também evidenciada pela Inspeção Geral de Finanças." ----------
Relativamente à *AdC*, citou declarações prestadas pelo Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira, "responsável pelo pelouro das finanças", numa entrevista à jornalista Paula Brito: -----
"Como sabe o nosso relacionamento com o parceiro privado não é propriamente o melhor. Nós temos ali vários assuntos em discussão no Concelho da Covilhã." ----------
Sobre esta declaração, referiu que gostaria "de saber e conhecer que relacionamento é esse, entre o privado e a Câmara Municipal da Covilhã. ----------
Depois, o Vereador com o pelouro das finanças acusou o parceiro privado de e vou ler: *"não serem realizadas as assembleias gerais para votar as contas."* Disse, e esta entrevista é de abril, que nesse mês se iria realizar a assembleia geral. Pergunto-lhe se se realizou, que me precise a data e o que é que foi decidido nessa assembleia geral.
Pergunta-lhe a jornalista: *"Mas essas dificuldades, com o parceiro privado, chegam ao ponto de não se conseguir marcar a assembleia de acionistas?"* ----------
Sabem o que é que ele respondeu? *"Ah sim. Quando é necessário ver determinados pontos discutidos há várias formas de bloqueio dentro das organizações e a verdade é que nós temos conseguido resolver determinados assuntos, mas há outros que estão por resolver."* ----------
Gostava de perguntar quem é que anda ali a dificultar a marcação das assembleias gerais e que problemas são estes que existem e que são aqui abordados pelo Vereador com o pelouro das finanças. ----------
O quadro que aqui apresentou, relativamente ao volume por tipo de origem de água (volume de água para abastecimento), que constou da página 15 do relatório e contas e ao exercício de 2018, indica os volumes de água e a origem. Qual é o volume de água para abastecimento fornecido à *AdC* pela *ICOVI*? Qual é o montante mínimo que a *AdC* está obrigada, contratualmente, a adquirir à *ICOVI*? Esses valores estão a ser cumpridos ou não? E qual é o valor por m^3 que a *AdC* está obrigada também contratualmente a comprar à *ICOVI*? ----------
Na página 31 do relatório e contas 2018 aparece lá uma dívida de 2 milhões de euros ao acionista privado. Pergunto se esta dívida está a ser remunerada com juro ou não e, se estiver, gostava que me dissesse quais são os valores que estão a ser pagos. ----------

Na página 38 do relatório e contas aparece um valor de 3.546 mil euros (soma de duas parcelas: 2 milhões + o restante) de serviços de consultadoria e assessoria ao acionista privado. O Revisor Oficial de Contas e o próprio relatório e contas dizem que estes valores e estou a citar: *"carecem de esclarecimentos que serão solicitados aos acionistas."* Como é que é possível esta situação quando temos, no Conselho de Administração, o Senhor Presidente do Município, o Vereador com o pelouro das finanças e o Representante do Acionista Privado? ----------
O relatório da auditoria da Inspeção Geral de Finanças à Câmara da Covilhã e também o relatório e contas da *AdC* fala em compensações devidas à *AdC* que, neste momento, já ultrapassam os 6 milhões de euros. Qual é a expetativa de receber esses 6 milhões de euros e que diligências foram efetuadas pelo Conselho de Administração para cobrar esta dívida que o Revisor Oficial de Contas denomina como *"incerta como o seu recebimento"*? ----------
Diz ainda que estes valores carecem de esclarecimentos que serão solicitados aos acionistas. Como é possível também esta situação quando o Conselho de Administração de Acionistas tem o Presidente do Município, o Vereador com o pelouro das finanças e o Representante do Acionista Privado?" ----------
Para terminar e relativamente à *ICOVI*, gostava de confrontar o representante da *ICOVI* com as declarações de 2015 em que dava como certo a abertura do concurso internacional da construção da nova barragem. Gostava de saber como é que isso está e perguntar qual é quantidade de água que a *ICOVI* vende à *AdC*. Qual é o objeto social da *ICOVI*? Gostava que me justificasse o percurso dos resultados financeiros da *ICOVI* ao longo dos últimos anos. Desde 2013 que a empresa vem em decrescendo quanto aos resultados líquidos. São positivos, é verdade; houve um pequeno aumento em 2015; mas, gostava que me explicasse os resultados/exercícios financeiros dos últimos anos." ----------

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** lamentou "pelo *timing* em que isto foi apresentado porque na última Assembleia é que se discutiram as contas consolidadas do Município. Estamos uma Assembleia atrasados! ----------
Lamentar também o facto de os Senhores Administradores das empresas municipais disporem de apresentações para nos elucidar em relação a resultados e a situações das empresas municipais, mas, se calhar, não dispuseram de tempo para enviar aos Deputados Municipais essa informação para podermos fazer aqui uma discussão mais séria e elaborada sobre estes temas. ----------
Recordar só mais uma vez as incompatibilidades, que vimos falar há algum tempo, porque aprovámos hoje uma ata em que o Senhor Administrador da *ICOVI* votou as contas consolidadas do Município enquanto Deputado Municipal." ----------

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez duas questões. ----------
"Começando pela *ICOVI*: por que razão é que, efetivamente, ainda não estão publicadas no *site* da *ICOVI* o relatório e contas de 2018? ----------

Quando é que os Senhores Administradores enviam ao Município da Covilhã as contas das empresas? Se bem me recordo, as contas não vieram na altura da apresentação das contas consolidadas, não vieram os relatórios e contas, e agora nesta Assembleia também não veio documentação nenhuma. Alguma coisa está a funcionar mal e acho que é importante esta Assembleia perceber quem está a falhar: se são os Administradores e as empresas municipais que não reportam à Câmara ou se é a Câmara que não reporta à Assembleia ou se é a Assembleia que não reporta aos membros desta Assembleia. ----------
Relativamente às contas e àquilo que aqui foi dito pelo Senhor Administrador da *ICOVI*, a determinada altura disse que a *AdC* tem captações próprias. Até há bem pouco tempo, eu presumia que as todas captações, atendendo ao objeto social da *ICOVI*, seriam da *ICOVI*. Se foram cedidas à *AdC*, quando foram cedidas e porque é que foram cedidas? ----------
A última questão tem a ver com "aquele elefante no meio da sala que ninguém quer ver": Saber se a *AdC*, nomeadamente o Senhor Administrador da *AdC,* quer ou não receber os 6 milhões de euros que estão indicados nas contas, mas que não estão contratualizados, para se saber se, de facto, o Município tem um benefício de 6 milhões de euros ou se o tem que pagar e em que condições." ----------

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, após cumprimentar os Senhores Administradores das empresas municipais, deu várias notas. ----------
"A primeira positiva pelo facto de estarmos aqui a falar hoje sobre as empresas municipais. É sempre de salutar. ----------
Ao mesmo tempo, uma nota negativa. Eu acho que há informação que devia ter sido disponibilizada em tempo útil. ----------
O Senhor Representante do *PARKURBIS* diz que não teve tempo para explicar. Se não teve tempo para explicar aqui um determinado conjunto de fatores, nós também não tivemos tempo, nem tampouco para entender. ----------
É de louvar que este ponto esteja incluído numa Assembleia Municipal. Penso que, no futuro, terá que ser melhorado no sentido de haver esta informação dos Senhores administradores, pelo menos por escrito, disponibilizando os elementos que aqui vêm demonstrar e indicar aos Membros desta Assembleia. ----------
Penso que a prossecução do princípio da Transparência é sempre de salutar, sendo certo que há elementos/documentos que estão ao dispor dos Deputados, mas há outros que não estão. Portanto, não podemos estar aqui a falar de coisas que não conhecemos relativamente a alguma das empresas. ----------
No tocante à *AdC*, estamos na presença de uma empresa onde houve uma parceria público-privada. O tempo dirá e vamos ver o que a história ditará sobre isso: se a opção tomada pelo então executivo terá sido uma boa opção. No nosso entendimento, pensamos que sim e o tempo está a dar-nos razão à medida que o tempo vai passando e se vai verificando a atividade e a própria evolução da empresa. ----------
Contudo, há duas ou três questões que eu gostava de colocar ao Senhor Dr. António Garcia. ---

A primeira, que foi um aspeto que foi muito indicado há uns anos atrás, tinha a ver com a questão da nulidade do pacto social. Como está essa questão? Se as cláusulas, que alguém entendia como nulas, são nulas ou não são? Se isso foi ou não ultrapassado? Se isso foi ou não resolvido e esclarecido? ----------
A segunda questão que já aqui foi dito e que para nós se levanta esta dúvida: as contas aprovadas, em termos do Conselho de Administração, foram ou não foram aprovadas pelos acionistas em assembleia geral? Até agora não tenho qualquer indicação que assim tenha sido. Porque, se realmente não foram, levantam-se aqui várias questões relativamente a este item. – Há uma outra questão que se verifica no caso da *AdC*: tem tido uma evolução positiva. Os resultados assim o demonstram e penso que, neste momento, de acordo com os elementos disponíveis, se pode ou não colocar a questão, atento à própria atividade e à situação financeira, se é ou não possível diminuir o preço da água. ----------
Última questão que é uma questão estratégica: quando foi feita a criação da *AdC*, foi feita uma opção de estratégia. Houve municípios que optaram por entrar no sistema multimunicipal de águas e houve outros, como o caso da Covilhã, que optou por ter o seu próprio. A questão que se coloca é: em termos de futuro, qual a perspetiva da *AdC* relativamente a esta temática? Manter como está? Inserir-se num sistema multimunicipal? Entrar nas Águas de Portugal? Qual é que é a estratégia e política da empresa relativamente a esta questão? ----------
No tocante à *ICOVI*, há necessariamente duas questões que eu gostaria de colocar. Vejo, de facto, um aumento significativo dos custos com o pessoal e aqui levanta-se a questão se isso tem a ver com única e exclusivamente com a transferência de responsabilidades e de custos de atividade da Câmara para *ICOVI* (alivia na Câmara/agrava na *ICOVI*). ----------
Segunda questão: havia um projeto pendente - "Covilhã Solar". Já tem uns anos. Como está este projeto? Em que fase é que se encontra? ----------
Por fim, porque é uma atribuição da *ICOVI*, como é que está o projeto da barragem? Em que fase é que está? O que é que está a ser feito? Diligências? Perspetivas? Localização? Se podemos ou não podemos contar com a construção da barragem?" ----------
Relativamente ao *PARKURBIS*, "naturalmente a *PARKURBIS* empresa e a *PARKURBIS* associação, nasceu de acordo com uma determinada estratégia. O tempo tem demonstrado da sua essência e da sua importância. A questão que eu coloco: *PARKURBIS* que futuro?" ----------

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** iniciou agradecendo aos Senhores Administradores das empresas municipais pela apresentação feita "porque foram claros, concisos, explicativos e ficou demonstrado que a questão das empresas não é o tal *bicho papão* que toda a Oposição andava atrás. Fica aqui muito bem esclarecido o que são as empresas municipais e o estado financeiro delas. ----------
Também assinalar a posição da Câmara Municipal quanto a esta matéria, uma vez que as contas destas empresas já tinham vindo aqui ao plenário para serem discutidas e aprovadas. E foram. As contas estão todas certificadas por quem de direito e foram todas enviadas para quem de direito. ----------

Postas estas duas notas, a bancada do PS também não pode deixar de se sentir satisfeita pelo facto de toda a Oposição não ter dito uma palavra relativamente à má qualidade da água, do saneamento prestado aos Covilhanenses ou da recolha dos resíduos urbanos no concelho da Covilhã. Isto é também um ponto assinalável porque as empresas municipais estão efetivamente a cumprir a sua função primordial que é defender o interesse público e defender o interesse dos Covilhanenses. ----------
E mais. ----------
Todas elas têm resultados materiais positivos para apresentar. ----------
A *AdC* tem resultados positivos apresentados e não estou só a falar de resultados financeiros. A mim, nem ao PS, interessa-lhe tanto os resultados financeiros como os resultados dos serviços prestados aos cidadãos. Esses é que são efetivamente os resultados por excelência. ----------
O que nós temos é uma *AdC* a faturar mais e melhor, com menores perdas, com menor água fornecida sem faturação, com mais trabalhadores internos. A *AdC* tem, só de assistentes operacionais, 100 pessoas. É muita gente a trabalhar no dia-a-dia na cidade e nas freguesias. Não estamos a falar de técnicos superiores, mas estamos a falar de assistentes operacionais! --
A *ICOVI* fornece água à *AdC* de qualidade, em estruturas de qualidade, com investimento feito de qualidade e o *PARKURBIS* não tem nada a esconder. ----------
Podíamos estar aqui a falar de aumento do desemprego no concelho da Covilhã, de falta de ocupação das instalações do *PARKURBIS*, de falta de pessoas que queiram investir na Covilhã e ficou aqui demonstrado à sociedade que o *PARKURBIS* cumpriu, está a cumprir, colabora e patrocina a criação de emprego no concelho da Covilhã. Tem as suas instalações ocupadas com criação de emprego. Portanto, a função do *PARKURBIS* está a ser absolutamente cumprida. ----
Evidentemente que a Oposição falou sobre as questões financeiras: os 6 milhões, os 2 milhões, os milhões, … Mas nós temos que ir procurar esses milhões ao governo autárquico do PSD. Aí é que nós deveríamos procurar esses milhões! O PS entrou para o governo da Câmara em 2013 e os índices gráficos manifestam à sociedade os resultados que estão a ser conseguidos pelas empresas municipais. Há passivo, há dívida bancária, pois bem de onde é que ela vem?! ---------
O PS está satisfeito com o desempenho das empresas municipais. As empresas municipais são empresas do Município e dos Covilhanenses. Estão ao serviço dos Covilhanenses. Prestam serviços de qualidade aos Covilhanenses. Não há nenhuma queixa da parte dos Covilhanenses relativamente aos serviços prestados pelas empresas. Esta Assembleia bebe água fornecida pela *AdC* e pela *ICOVI* em garrafas de vidro e ainda ninguém se queixou, nem aqui nem noutro sítio qualquer do concelho da Covilhã, da qualidade da água e há por aí muito pelo país quem se queixe da qualidade da água que consome. ----------
Relativamente à questão da *PARKURBIS*, que se fixe um dado importantíssimo: há criação de emprego na Covilhã. O *PARKURBIS* está a colaborar intensamente na criação de emprego na Covilhã." ----------

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia**, relativamente à intervenção feita pelo Membro Municipal **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** em que tinha referido a incompatibilidade presente na ata hoje aprovada "em que o Senhor Administrador

da *ICOVI* votou as contas consolidadas do Município enquanto Deputado Municipal", ia esclarecer o mesmo que assim não constava da ata, tendo o Membro Municipal feito um "*mea culpa.* Aquilo que li foi a alínea que refere a votação e não o parágrafo inicial que referiu a saída do Deputado Nuno Pedro da sala. Daí estar a pedir a palavra para fazer uma correção à minha intervenção anterior pela qual peço desculpa." ----------

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** tinha-se "esquecido de fazer uma questão ao Senhor Administrador da *AdC* que diz respeito àquilo que foi apresentado. Não pude deixar de reparar que apresentou dois anos (2017 e 2018). Como estávamos a falar das contas de 2018, por que razão faz este biénio? ----------
Quanto à questão das incompatibilidades, de um lado não está, mas acabámos de presenciar outra que, de facto, está muito bem defendida as empresas municipais porque ainda é quem lhes paga!" ----------

--- O Senhor **Dr. António Garcia – *Águas da Covilhã*** "começando pela questão do biénio, qualquer demonstração financeira trata sempre os dois anos. É prática contabilística e fiscal e o relatório e contas também é assim que trata. Trata sempre os dois anos. ----------
Acho que há aqui alguma confusão com os papéis que cada um desempenha no seio da *AdC*. --
Ponto um: Eu sou Administrador da *AdC*. Não sou representante do acionista. Como tal, não me pronuncio sobre questões que tenham a ver com acionistas. ----------
Segundo lugar: Não vou comentar aquilo que o Senhor Deputado solicitou relativamente ao meu colega da Administração que fez essas observações enquanto Vereador. Terá que, em tempo oportuno, colocar essas questões ao mesmo. Eu não irei fazer qualquer comentário relativamente a essa questão. ----------
Relativamente às outras questões mais práticas e que têm efetivamente a ver com as contas, dar nota que, relativamente ao preço da água, poderá consultar no relatório e contas a página 15 onde tem a quantidade e a página 93 onde tem o valor. Certamente poderemos por aí chegar ao valor unitário do metro cúbico. ----------
Relativamente a montantes mínimos de fornecimento, eles não estão definidos. Estão associados ao fornecimento da barragem. Tal como o Dr. Nuno Pedro disse, apesar de haver outras fontes alternativas que também são da *ICOVI* e que estão a ser objeto de faturação da *AdC*, no essencial é a barragem. A barragem vale 99,5% do valor importado do sistema em alta, logo está associada à fonte e não está associada a quantidades. ----------
Relativamente aos juros que estão a ser pagos do suprimento dos 2 milhões, poderá também consultar a página 105, onde está o valor dos juros pagos à *AGS*. Dizer que, no ano de 2018, em números redondos, a taxa de juro foi de 1,95%. ----------
Relativamente à assistência técnica e à questão dos contratos-programa que estão referidos na certificação legal de contas e no relatório do ROC, no nosso entender, eles estão devidamente tratados, reportados e está dada a informação a todas as entidades e nada mais terei a acrescentar. ----------

A data da aprovação de contas é as datas que já foram dadas a conhecer. As contas de 2018 foram aprovadas pelos acionistas no dia 30 de março de 2019. O Conselho de Administração propõe o relatório e contas, a aplicação dos resultados e que as contas sejam aprovadas. A entidade competente para aprovar contas é sempre os acionistas. ----------
Relativamente à questão dos estatutos, eles foram revistos em 2015, como poderão consultar na certidão permanente ou no portal do Ministério da Justiça, e todas essas questões foram devidamente sanadas. ----------
Relativamente aos preços da tarifa da água, não me vou pronunciar, mas daquilo que são informações estatísticas em comparação e os dados da ERSAR, não me parece que seja na tarifa da água que a Covilhã estará mal. Por isso, em termos de revisão da tarifa da água em específico, não acho que seja essa a situação. ----------
Relativamente ao sistema multimunicipal, não me vou pronunciar porque isso compete aos detentores do capital (acionistas) e não ao Conselho de Administração." ----------

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro – *ICOVI***, também para esclarecimento das questões colocadas pelos Membros Municipais, iniciou falando da quantidade de água e à água faturada dizendo que "o Dr. Garcia já se manifestou relativamente a isso. Acho que essas dúvidas estarão esclarecidas. ----------
Relativamente à questão do envio ou não ou da disponibilidade dos documentos a esta Assembleia, o *site* da *ICOVI*, como já tive a oportunidade de dizer, estará disponível até meados do mês que vem, com todas as contas, cumprindo todas as obrigações legais, o *report* da qualidade da água, os boletins trimestrais, … Portanto, tudo estará disponível até meados do mês que vem, pedindo desculpa naturalmente, mas a situação estará, a breve prazo, resolvida.
Relativamente à questão das captações próprias, há algumas captações que são efetivamente da *AdC* e há um conjunto de outras que são da *ICOVI.* Agora a questão das captações resulta daquilo que foi a formação da *ICOVI*. ----------
Aquando da formação da *ICOVI*, houve um conjunto de diligências que não foram cumpridas e que agora leva muito mais tempo para resolver a questão do que teria sido na altura em que ela foi constituída. ----------
Os custos com o pessoal têm a ver, em grande parte, com a internalização. Há uma parte também que tem a ver com a colaboração com o Município, nomeadamente com algumas áreas. Só um exemplo: no Turismo, a *ICOVI* teve, até determinada altura, o "Visite Covilhã". Entendeu-se que não fazia sentido, do ponto de vista do Município, haver uma estrutura bicéfala em que o Turismo estava na Câmara Municipal e o "Visite Covilhã" e a promoção turística dessa forma estava a ser feita pela a *ICOVI*. Portanto, entendemos que seria de todo útil ficar apenas uma estrutura com o Turismo e, por essa via, há aqui alguns custos que têm a ver com a parceria com a Câmara Municipal da Covilhã. ----------
Relativamente à "Covilhã Solar", é também uma outra questão em que nasceu mal. O projeto "Covilhã Solar" foi um projeto que foi, no meu entender, destinado fundamentalmente para a *ICOVI* financiar a aquisição de painéis solares por um conjunto de entidades (coletividades, Câmara Municipal, …). Portanto, a *ICOVI* funcionava como um veículo financeiro: assumiu o

financiamento na Banca, os colocou à disposição das entidades, ficando como receita a produção que essas instalações têm. ----------
O que é que acontece? ----------
Há um conjunto de protocolos com algumas juntas de freguesia que não estão assinados. Existe uma intenção de os assinar; eles estão efetivamente nos edifícios das juntas de freguesia e nas escolas; mas, efetivamente, uma assinatura do responsável da altura com aquele que era o responsável da *ICOVI* não existe. Há, mais uma vez, um conjunto de imbróglios e quando as coisas nascem tortas é difícil de as endireitar. ----------
Qual é a opção que tomámos conscientemente relativamente à questão dos painéis solares e do "Covilhã Solar"? ----------
A grande maioria dos *leasing*'s estão a terminar. Há alguns painéis, nomeadamente a *AdC* onde havia 8 painéis que estavam instalados em reservatórios da rede baixa que foram vendidos à *AdC*. A *AdC* já tem a receita e a *ICOVI* ficou com o valor dos painéis, tendo em vista o negócio inicial. ----------
A verdade é que aquilo que a gente se depara é que uma entidade que faça a gestão da sua própria estrutura de produção leva a que a produção seja efetivamente maior do que seja uma entidade que lhes pede para ver se o disjuntor está ligado ou desligado. A gestão operacional das estruturas é melhor feita sendo feita pelos próprios. ----------
Portanto, a nossa lógica é: a *ICOVI*, tendo funcionado como veículo financeiro, não pode deixar de ser ressarcida por aquilo que foi o investimento que fez, amortizado na medida em que tem de ser amortizado, e a nossa política é: as entidades que estiverem disponíveis a adquirir os painéis àquele valor é lógico que fiquem com elas." ----------
Quanto à questão da barragem e às diligências para a sua construção, referiu que as questões sobre as diligências não podiam, nem deviam "constantemente ser relatadas na praça pública. É minha opinião particular e do Conselho de Administração que é importante construir uma nova barragem. É fundamental para o concelho da Covilhã, tendo em vista também que a utilização das captações em função da pluviosidade, do ano em que estamos e estando cada vez mais próxima a situação de fenómenos meteorológicos extremos, como secas prolongadas, a questão das reservas estratégicas de água em barragem (captações de superfície) é absolutamente fundamental para o concelho da Covilhã." ----------
Por último, esclareceu estar presente na sessão na qualidade de Administrador da *ICOVI*, não na qualidade de Membro Municipal, e "não confundo as coisas e reconhecerão que tenho sido o mais leal possível na explanação que tenho feito." ----------

--- O Senhor **Jorge Patrão – *PARKURBIS*** esclareceu o Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) que "os dados estão publicados. Não inventei aqui números. ----------
A pergunta interessante que coloca "que futuro?": eu também gostaria de ter a resposta. O meu desejo, e é a estratégia que seguimos e a vontade que temos com a Câmara, é que este continue a ser o principal parque de ciência e tecnologia do interior do país, por muito que isto não agrade a alguns. Não é o seu caso porque sei o amor que tem a esta terra. Este é o nosso sonho e a nossa estratégia." ----------

Relativamente às questões colocadas pelo Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), disse não gostar "de ser confrontado de uma forma jactante nem arrogante. E fui-o. ----------
A resposta que vai ter é: um de nós mentiu. O Senhor acusou-me de ter provocado a maior destruição de capital próprio conhecida no *PARKURBIS* desde sempre e referiu números falsos porque aqueles que existem são os únicos que existem e não há outros. Os relatórios e contas que estão publicados dizem o seguinte: ----------

- O de 2013 (foi o que referiu): capitais próprios 2.025 mil euros; ----------
- Em 2018: 1.978 mil euros. ----------

O Senhor acusou-me de já ter perdido 900 e tal mil euros de capital próprio. Não venho aqui para discutir consigo. O que estou é tentar responder de uma forma séria porque não fui para ali a inventar números e aqueles números, que lá estão, estão publicados e não há outros. ------
Por outro lado, sobre a questão do equilíbrio económico, referiu a Lei, mas, ou por ignorância ou por má-fé, esqueceu-se de referir o principal da Lei. É que essa Lei das obrigatoriedades do cumprimento dos quatro normativos foi alterada no ano passado (no fim de 2018). Esses quatro critérios, mesmo assim, o *PARKURBIS* cumpre três: prestações de serviços – gastos totais;
Subsídios à exploração por parte do Município – rendimentos; EBITDA. Só não cumpriu o resultado líquido do projeto porque isso decorre dos investimentos para criar emprego. ---------
Foi uma clara omissão e isso é má-fé. O Senhor comportou-se aqui com má-fé. É esquecer-se de dizer o seguinte sobre o critério do equilíbrio financeiro: o que diz a Lei (Lei 71/2018) é o seguinte" ----------

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** interrompeu a intervenção para dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que "não posso admitir, como eleito nesta Assembleia, que um Administrador venha aqui falar a um Deputado como está a falar." ----------

--- Retomou a palavra o Senhor **Jorge Patrão – *PARKURBIS*** que continuou dizendo: ----------
"Estive a ouvi-lo em silêncio e com toda a arrogância fui confrontado e agora queria ser ouvido em silêncio porque o Senhor não me vai calar. ----------
O critério do equilíbrio financeiro é o seguinte (foi o que o Senhor usou aí): a Lei 71/2018 (que não referiu), de 31/12 (art. 305.º), define claramente no n.º 15 desse mesmo artigo 62.º que e vou citar "o disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia." Isto é o que diz a Lei e que o Senhor omitiu. ----------
E, finalmente, há uma coisa que eu não deixo passar em claro. É que referiu-se também, com arrogância, "o que é isso da *Benoli*?"; "o que é isso dos trabalhadores?". Mas o Senhor pode apresentar alguma coisa que tenha criado e que tenha ajudado os nossos concidadãos Covilhanenses a arranjar emprego? Sabe o que é estar no desemprego? Sabe o que é estar a

ouvir pessoas com 50/60 anos a dizerem que esperam não voltar mais a trabalhar e afinal há uma luz ao fundo do túnel?" ----------

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** interrompeu novamente o Senhor Administrador do *PARKURBIS* dizendo que "isto é um ataque pessoal. Um Administrador de uma empresa não ataca um Deputado Municipal como o Administrador está a fazer." ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** acalmou os ânimos exaltados. ----------

--- O Senhor **Jorge Patrão – *PARKURBIS*** finalizou à sua intervenção dizendo ao Membro Municipal Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) que "não gosta de ouvir falar em trabalhadores, mas tem que ouvir. Tenho concluída a informação e espero que isto fique bem registado em ata porque um de nós mentiu aqui." ----------

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia para dizer: ----------
"Peço à Mesa, em defesa da honra, Senhor Presidente, eu fui aqui atacado pessoalmente por um Administrador de uma empresa dizendo qual foi a riqueza que eu já criei para o concelho! - Talvez a resposta lhe possa ser dada pelo Presidente da Câmara. ----------
Mas não é possível, num órgão como este, um Administrador duma empresa municipal atacar um Membro desta Assembleia como o Dr. João Patrão aqui fez." ----------

4.3 REGULAMENTO DE GESTÃO E UTILIZAÇÃO DAS PARTES COMUNS DOS PRÉDIOS QUE INTEGRAM O PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou "como já tive oportunidade de falar com os Líderes de Bancada, este assunto é retirado porque não houve contributos e ficará para uma próxima Sessão." ----------

4.4 SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – PARCELA 11

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Julho de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3968 de 2019.07.23 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso e estabelecimento de medidas preventivas – Parcela 11*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 23 votos a favor (PS, PCP e IND), 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)***. ----------

4.5 VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO DO PDM DA COVILHÃ E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Julho de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 3969 de 2019.07.23 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Versão Final da Alteração do PDM da Covilhã e Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 4 abstenções (PSD e CDS-PP)***. -----

4.6 CONTRATOS DE DELAÇÃO DE COMPETÊNCIA NAS JUNTAS DE FREGUESIA – ANO LETIVO 2019/2020

a) Aquecimento escolar

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4831 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** começou por dar os parabéns aos Colegas Presidentes de Junta pela gestão que fazem, porque há vários anos que o preço desta comparticipação da Câmara para as Freguesias não muda. ----------
Parece-lhe que tem que haver mais rigor nestas comparticipações financeiras. ----------
Propôs: "Fixa-se um valor anual, a Junta de Freguesia paga aquilo que pagou de gasóleo e acertam-se as contas no final do ano. ----------
Porque é que a Câmara Municipal não lança o concurso de 50 mil euros de fornecimento de combustível a estas caldeiras todas e ganha ganhos de escala e, se calhar, consegue mais poder negocial junto das empresas fornecedoras. ----------
Portanto, parece-nos a nós que durante tantos anos ser exatamente o mesmo valor, é não haver rigor naquilo que é o efetivo gasto, nas Juntas de Freguesia, com esta questão em concreto." --

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Aquecimento Escolar foi a mesma aprovada por maioria, com 31 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

b) Acompanhamento do Serviço de Refeições aos alunos do Ensino Básico e Pré-Escolar

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4828 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: ----------

- Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra**) perguntou se o valor de 109 mil euros de comparticipações, às Juntas de Freguesia, é para efetuar contratos de trabalho, ainda que sejam a termo certo e a tempo parcial, ou se vão ser recibos verdes? Dessa informação depende o sentido de voto da sua Bancada. ----------
Referiu "O sentido da deliberação é para fazer contratos de trabalho ou de prestação de serviços, com 47 pessoas, nas várias Escolas e Jardins de Infância. No ano transato, por via da incorporação dos precários na Administração Pública e nas Escolas, fez-se contrato a 28. Foi-nos dito que não tinham sido supridas todas as necessidades, depois, da entrada das 31 pessoas para a Educação e, portanto, fez-se só com 28. Em 2017/2018 eram 48, foi para 28 em 2018/

2019, houve aqui um abaixamento da precariedade, e voltamos a ter 47 pessoas nestas condições este ano. Portanto, o que é que se passa? Porque é que isto acontece, qual é que é o sentido? Portanto o PREVPAC aconteceu e pelos vistos já precisamos de um novo. ----------
Ora, o que é que acontece relativamente a 2017, 2018, 2019 e 2020? ----------
Em 2017/2018 o valor das transferências era de 147 mil euros para 48 pessoas que trabalhavam 113 horas e meia por dia; em 2019/2020 é um valor de 109 mil euros e trabalham 47 pessoas 101 horas e meia. O valor anual, para cada trabalhador, em 2017/2018 era de 3076 euros, o valor anual para cada trabalhador agora é de 2300, menos 700€ para cada um. Ou seja, cada trabalhador, em média, em 2017/2018, recebia 307€/mês e, em média, em 2019/2020 vai receber 232€/mês; o valor diário 14,65€ em 2017 e agora 11€/dia; o valor médio hora em 2017/2018 era de 6.20 e este ano, do que está aqui previsto nestes quadros, vai ser de 5.13/hora. Ou seja, como é que a Câmara Municipal consegue, com os aumentos do salário mínimo que houve de 2017 para 2019, este abaixamento do valor hora a pagar a cada uma das trabalhadoras. ----------
Ou seja, continua a precariedade; continua a não serem elaborados contratos de trabalho com estas pessoas; continuam a não ter férias; continuam a não ter baixa; continuam a não ter compensação por caducidade do contrato de trabalho e continuam durante o mês de agosto, ou Julho e agosto, algumas delas a nem sequer poder recorrer ao subsídio de desemprego, quando com contrato de trabalho o podiam ter. Continuamos também a ter, em alguns casos, a vontade de ter estas trabalhadoras para fazer a gestão eleitoral da coisa, lá na Freguesia." ----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou: "Relativamente à questão mais candente que coloca, desse número de horas em que nós separamos as AAAF do acompanhamento que tem que ser feito durante a hora da refeição e, depois, há um acumular de horas que, nalguns casos, até são feitas pela mesma pessoa. Agora, nós temos uma forma de resolver o problema - a Câmara avoca toda essa situação e celebramos nós contratos com esses trabalhadores e resolve-se o problema por essa via. Se assim o quiserem, no próximo ano, assim será. ----------
Esta era uma forma de, no fundo, proporcionar aos Senhores Presidentes de Junta a possibilidade, porque estão mais próximos, de acompanhar essa gestão junto dos Coordenadores das Escolas para poderem racionalizar e maximizar esse investimento. Deixo isso à consideração. Aliás, vamos ter que nos sentar à mesa para conversar sobre as delegações de competências e este é mais um dos temas que pode animar as nossas profícuas conversas. -

- O Senhor **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** começou a intervenção referindo "costuma dizer o ditado que *quem não se sente não é filho de boa gente.*" ----------
Prosseguindo disse: "Nós, muitas vezes, somos muito bons, mas a gerir a casa dos outros. Eu, quando como sardinha, gostava de comer camarão ou lagosta, mas não posso, infelizmente não posso, que o meu ordenado não dá para isso. ----------
Eu gostava de ver uma Senhora, que a Câmara Municipal contratasse, da Covilhã a ir às Cortes do Meio fazer duas horas e regressar a casa. Eu gostava de ver isso, com toda a franqueza. -----

Nós estamos a esquecer uma coisa - isto é uma Delegação de Competências, a Junta aceita, ou não aceita. Está na parte das Juntas de Freguesia, fazer ou não os contratos. O cumprimento da Lei está nas Juntas de Freguesia. ----------
Sei o que é que tenho que gerir na minha Freguesia. E, eleitoralismo não é de certeza, porque mantenho as mesmas Senhoras, que o meu antecessor escolheu, para estarem na Escola. Portanto, não são escolhas políticas. Se achar que devo fazer contrato de trabalho, faço-o. Acho que ainda giro a minha Junta de Freguesia. ----------

- O Senhor **Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro)** referiu que não gosta de recibos verdes: "não os faço, nunca os fiz, nem nas empresas, nem na Junta de Freguesia." ----------
Referiu que cada Presidente de Junta de Freguesia tem a sua maneira de a gerir e gere-a de acordo com as suas particularidades. ----------
"Eu tenho meios humanos que estão subaproveitados, tenho essa noção." ----------
Referiu que existem 3 trabalhadoras na Junta de Freguesia que, também, desempenham tarefas referentes aos CTT e, após uma conversa com as respectivas Senhoras, fez uma "escala de serviço" onde integrou o serviço de ATL e do acompanhamento de refeições. ----------
Referiu ainda que "e à pessoa extra que tenho de contratar, faço um contrato de trabalho temporário. Não faço recibos verdes. ----------
Acho muito triste que alguém que se diga Socialista faça um contrato a recibo verde. ----------
Em relação a eleitoralismos estás a ver um Presidente de Junta que se está nas tintas para as próximas eleições, por isso estamos conversados." ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Acompanhamento do Serviço de Refeições aos alunos do Ensino Básico e Pré-Escolar foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PSD e IND), 3 votos contra (PCP) e 3 abstenções (CDS-PP e PSD)***. ----------

c) Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar e Componente de Apoio à família no 1.º ciclo

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4824 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que começou por pedir desculpa pela última parte da sua intervenção, na alínea anterior. Referiu que "a gestão, cada um faz como faz." ----------
De seguida, informou que ao não aceitaram a delegação de competências, no ano passado, "implicou que a Câmara pusesse mais uma pessoa na Escola da Boidobra. E, quem ganhou foi a Boidobra e foram as crianças, com um rácio de 74 para 5 pessoas. Foi mais uma auxiliar para aquela escola e quem ficou a ganhar foi a escola, as crianças e os pais, que este ano lectivo, por causa da componente de apoio à família no 1.º ciclo, conseguem reorganizar-se e não é preciso contratar mais ninguém." ----------
Referiu, também, "relativamente às actividades de animação e apoio à família, colocando-lhe a componente de apoio à família no 1.º ciclo: em 2017/18 - 40 pessoas; em 2018/19 – 15 pessoas, baixamos significativamente, 25 pessoas, e agora voltamos às 28. Como é que a Câmara Municipal, nos próximos anos (que esta competência veio para ficar, pelos vistos, e com ganhos, porque os ATL' s estavam a ser feitos, a Junta de Freguesia tinha um ATL, tinha que o financiar, há Associações de Pais que os têm, mas a Câmara Municipal pode fazer um projeto pedagógico em condições e pode assumir esta competência muito melhor e os alunos do 1.º e do 2.º escalão, não pagam, dá-se condições a quem precisa mesmo), vê o enquadramento destas pessoas de forma definitiva? Porque a competência veio para ficar. A outra ressalva que faço é, dentro do âmbito das transferências de competências, até que ponto é que depois esta competência pode ir para as Freguesias? ----------
Dizer também o seguinte, relativamente à componente de apoio à família no 1.º ciclo, a competência agora é da Câmara Municipal, ótimo, vamos a isso. Apoiámos na primeira semana, sem que os miúdos pagassem nada, para uma questão de reorganização dos serviços e para na segunda semana estarem em andamento. O que é que está a acontecer? E já aconteceu com dois casos na escola da Boidobra, foram fixados os preços, foi fixado o regulamento. A escola ao lado, a escola do Refúgio, continua a funcionar com um protocolo de apoio (que ainda não está na deliberação da Câmara, mas já cá há dois para a escola do Rodrigo) e, no fundo, a Câmara está a financiar essa Associação de Pais. A escola é ali ao lado, a competência está delegada, mas não podem praticar preços diferentes, porque se não temos aqui uma concorrência completamente desleal no Concelho, sobre a mesma matéria." ----------

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: "Nós temos aqui um problema. Eu estou de acordo que era bom que pudéssemos uniformizar em todo o Concelho, ou seja que em todas as escolas funcionasse da mesma maneira. O problema é que nós e, também, porque somos democratas e o Senhor Presidente e Deputado Municipal também o é, nós respeitamos a vontade dos pais, se os pais têm uma Associação que é representativa dos educadores ali existentes, dos encarregados de educação, se eles se querem constituir e querem eles liderar esse processo o que é que a gente pode fazer? Não vamos obrigar os pais, ou a Associação de Pais a praticar o mesmo preço que nós, com carater geral e abstrato, aplicamos na generalidade das escolas. Há muitos e bons exemplos, no nosso Concelho, de funcionamento de Associações de Pais e acho que não deve ser a Câmara a interferir, nem impedir que assim seja. E, portanto, cada caso é

um caso. É difícil? Eu compreendo. Eu sou adepto do princípio da universalidade, só que aqui temos que conviver com os dois sistemas, é uma realidade, dois sistemas, é a dificuldade que temos. Não obstante reconhecer que, por princípio, tem razão devia ser igual em todo o lado."

- O Senhor **Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro)**: "em relação a esse assunto tendo a discordar, porque nós no Ferro temos um ATL que funciona há alguns anos. Um ATL que custa, com 4 atividades, entre 15 a 25€/ mês, ninguém paga menos de 15€ e ninguém paga mais de 25€ e, que tem um horário adequado à realidade do Ferro. E o facto de nós, Junta de Freguesia, termos pedido para manter, é que se passássemos para o novo programa, provavelmente, o ATL terminaria, porque os miúdos de 1.º e 2.º escalão, provavelmente, não seriam 10 e o valor a pagar sem actividades faria com que o ATL acabasse. ----------
Eu julgo que a Câmara Municipal deve manter esta fórmula de Freguesia a Freguesia, perceber aquilo que melhor funciona. ----------
E, já agora se me permite a achega, coisas da minha costela liberal – *coisas de borla não podem ser boas, alguma coisa tem que se pagar*." ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar e Componente de Apoio à família no 1.º ciclo foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PSD e IND), 3 votos contra (PCP) e 3 abstenções (CDS-PP e PSD)***. ----------

d) Comparticipação nas despesas correntes do funcionamento do Refeitório da EB do Canhoso

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4838 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Comparticipação nas despesas correntes do funcionamento do Refeitório da EB do Canhoso foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP e PSD)***. ----------

e) Apoio nas despesas do espaço do pré-escolar – Junta de Freguesia do Dominguiso

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4835 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Apoio nas despesas do espaço do pré-escolar – Junta de Freguesia do Dominguiso foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP e PSD)***. ----------

f) Fornecimento de refeições escolares

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4830 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Fornecimento de refeições escolares foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

g) Transportes escolares

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de

12 de Setembro, através do ofício n.º 4836 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Transportes escolares foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

h) Contratação de Assistentes Operacionais para Escola Básica/ Jardins de Infância

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4833 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: "aqui temos uma situação um pouco diferente, porque estamos a falar, não do serviço que eventualmente poderá existir, ou não, a 2horas ou 2h30. Estamos a falar, aqui, de assistentes operacionais a tempo inteiro, sendo responsabilidade da Câmara integrar no quadro do pessoal, responsabilidade no 1.º ciclo, com descontos para a Segurança Social, mas a questão é esta: estas assistentes operacionais, fazendo o contrato é evidente que tem que haver concurso. Aliás, a Câmara, e muito bem, salvaguarda-se num contrato que faz com as Juntas de Freguesia, em que as Juntas de Freguesia têm que cumprir todas as regras da contratação pública. Ou seja, as Freguesias não são uma entidade administrativa à parte, há regras, há leis para cumprir e quer seja a Junta de Freguesia de Verdelhos ou a de São Jorge da Beira têm que cumprir a lei. Portanto, lá na minha Freguesia faço assim, quem manda sou eu. Não é assim, há regras que se devem cumprir e a lei. Existem regras da contratação pública às quais as Juntas de Freguesia também são obrigadas, qualquer entidade pública inserida no perímetro e neste caso na administração pública. Portanto, a questão é se estas assistentes operacionais são de necessidade temporária, ou definitiva, por substituição de outros trabalhadores, ou coisa parecida. Se for uma questão temporária, se a Junta de Freguesia fizer lá o tal contrato, se respeitar as regras da contratação pública, não vemos nenhum problema. Agora, se são assistentes operacionais que se prevê a sua necessidade nos próximos anos, o melhor é resolver a questão com a contratação do assistente operacional para entrar no quadro da Câmara Municipal, no âmbito do 1.º ciclo. ----------

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que são temporários, até porque a DGESTE tem exigências e, no futuro, tem que nos autorizar. As contratações são autorizadas pela DGESTE, contratações definitivas, as temporárias é nos moldes que acaba de referir. -------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Contratação de Assistentes Operacionais para Escola Básica/ Jardins de Infância foi a mesma aprovada por maioria, 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

i) Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Junta de Freguesia de Barco e Coutada

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4827 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Junta de Freguesia de Barco e Coutada*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

j) Assistente Operacional Acompanhamento de Crianças com Necessidades Específicas

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 4826 de 2019.09.09 e seus anexos. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia – Ano Letivo 2019/2020 - Assistente Operacional Acompanhamento de Crianças com Necessidades Específicas foi a mesma aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 2 abstenções (CDS-PP)***. ----------

Foi feita Declaração de voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: "No seguimento do que foi dito anteriormente, referir que o CDS-PP se absteve em todas as alíneas, porque entende e tem como pressuposto e respeito pelas Juntas de Freguesia, que decidiram aceitar esta delegação de competências, que estes valores e as competências tenham sido negociadas com o Município e as mesmas sejam asseguradas durante o ano. E, portanto, nessa perspetiva obviamente não podendo votar favoravelmente, porque não temos conhecimento das negociações, não há evidências dessas reuniões nem na documentação, presumimos que elas existam e que tenham sido aceites, nessa medida obviamente nos abstivemos." ----------

4.7 RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO

- **Relatório n.º 2017/1444 referente ao Proc. n.º 2016/238/A3/269 – Controlo do Endividamento e da Situação Financeira**
- **Relatório n.º 2017/1458 referente ao Proc. n.º 2016/240/A3/270 – Controlo do Programa de Apoio à Economia Local**

--- Na sequência das Inspeções realizadas pela Inspeção Geral de Finanças à Câmara Municipal, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento e tomada de posição, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----------

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. ----------

--- Foram intervenientes os Membros Municipais: ----------

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: "Não posso deixar de referir e chamo a atenção para os gravíssimos termos que constam dos respetivos relatórios (de ambos), nomeadamente e no que diz respeito à questão do controlo do endividamento. Estamos a falar de 2013 a 2015, portanto estamos a falar da primeira parte do primeiro mandato do Presidente Dr. Vítor Pereira e do executivo socialista que tanto diz que tanto fez pelas contas públicas. Tanto anuncia, tanto diz que reduziu e, na prática, aquilo que nos chega de uma entidade oficial é que tudo isso que diz não tem fiabilidade porque as contas não têm os documentos de prestação de contas e a informação contabilística não tem fiabilidade ou tem falta de fiabilidade. Aquilo que se diz, se já tínhamos algumas dúvidas porque vamos ouvindo várias pessoas, nomeadamente nalguns aspetos concreto e, quando falamos de fornecedores por exemplo ouvimos inúmeras queixas (que a Câmara não paga a tempo e horas, as coisas demoram muito,

utilizam-se muitos estratagemas, devolvem faturas), uma série de confusões que são feitas e que nós sabemos que, infelizmente, quando formalmente cumprimos as coisas, na prática as pessoas demoram meses e meses para receberem os valores. ----------
Tive a oportunidade de ouvir o Senhor Presidente da Câmara hoje de manhã na reunião de Câmara e fiquei preocupadíssimo com a atitude e displicência que teve em que *isto é uma coisa menor. É uma coisa minúscul*a. Aquilo que eu estava a ouvir fez-me lembrar aquilo que o Senhor Ricardo Salgado falava do BES. Dizia que as contas estavam todas bem, que estava tudo ok, que não havia problemas nenhuns e que não havia ilegalidades nenhumas. ----------
O relatório do endividamento é tão drástico, tão assustador, que basta lê-lo que se tiram as conclusões. ----------
Estamos a falar de relatórios que têm datas de assinatura de despachos de 2018. Hoje de manhã ouvi dizer que só chegaram em 2019. Não temos essa referência, nem essa confirmação na documentação. Aquilo que tenho, de facto, é que um relatório é assinado em definitivo em fevereiro/março de 2018 e outro no primeiro semestre de 2018. Concluído, acho muito estranho que demore um ano ou mais de um ano a chegar ao destinatário, mas admito que possa acontecer. ----------
Estranhei a necessidade e a pressa de, há uns tempos atrás, fazer a amortização total do PAEL. Estranhei porque não é normal acontecer quando se tem um financiamento com o próprio Estado onde as taxas de juros já são bonificadas e onde existe uma série de regalias e de benefícios. Eu estranhei. Fiquei com a certeza que isto se ficou a dever a este relatório porque este relatório diz e salienta duas coisas: *violação em 2015, em termos absolutos ou numa perspetiva substancial, das obrigações a que o Município se vinculou com a adesão ao PAEL, designadamente ao nível da evolução da receita, stock da dívida e saldo orçamentais, ao que acresce o agravamento, em termos reais, de forma muito negativa, da relação entre as referidas grandezas,* (e aqui é que é a parte grave) *situação que é suscetível de ser sancionada em termos tutelares administrativos*; e depois, o *incumprimento, em 2016, da obrigação de fixação da taxa máxima de IMI dos prédios urbanos, situação que é suscetível de implicar a cessação do contrato do PAEL*. Estamos a falar de uma informação de 2018 que nos diz que isto vai acabar. ----------
Portanto, agora percebi esta correria para terminar e liquidar o PAEL depressa. ----------
Para quem acha e para quem teve a ousadia e a displicência de falar que isto era uma coisa que não tem qualquer tipo de referência, só para quem não conhece a Lei quando se diz que é suscetível de sanção tutelar administrativa, as sanções estão previstas na Lei 27/96, nomeadamente no artigo 7.º e que diz o seguinte: *A prática, por ação ou omissão, de ilegalidades no âmbito da gestão das autarquias locais ou no da gestão de entidades equiparadas pode determinar, nos termos previstos na presente lei, a perda do respetivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da ação ou omissão deste.* Portanto, quando estamos a falar de uma coisa de somenos e quando se tenta passar aqui uma imagem de que o que é importante, afinal de contas, "é que isto não tem fiabilidade, mas reduzimos muito a dívida, está tudo a correr muito bem", na prática estamos a cometer ilegalidades graves que a Lei sanciona com a

perda de mandato ou a dissolução do órgão e é recomendação do parecer, nomeadamente do PAEL. ----------
É preciso termos atenção de que quando estamos a falar deste tipo de situações do que é que estamos a falar e eu acho que isto é suficientemente grave para esta Assembleia pensar seriamente no que é que vai fazer nas próximas contas porque esta situação é uma situação que acabou em 2015! ----------
Ainda este ano fomos confrontados com falsidades de declarações do Senhor Presidente da Câmara a dizer que estava tudo cabimentado e tudo acordado de acordos e depois os acordos só vieram a ser feitos depois das contas aprovadas, como é o caso da EDP. E isto está com datas.
A grande questão do endividamento, que aqui está definida no relatório do endividamento, falámos nela há pouco porque os 4,9 milhões euros que estão lá indicados neste relatório, relativamente à questão dos custos, têm a ver exatamente com os contratos com a *AdC* que hoje são 6 milhões. Passados estes anos são 6 milhões! ----------
Temos que ter a noção da gravidade do que estamos aqui a falar. ----------
Isto é para conhecimento, mas de certeza absoluta que o CDS irá desencadear todos os mecanismos legais para que isto seja apurado." ----------

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** fez a seguinte intervenção: ***(Doc.20)*** -----

"RELATÓRIO DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS (IGF) DA AUDITORIA REALIZADA AO MUNICÍPIO DA COVILHÃ PARA ANÁLISE DO "CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA" ----------

O relatório que vamos analisar, resulta de uma auditoria feita ao Município da Covilhã pela Inspecção-Geral de Finanças. ----------
Esta auditoria teve como objectivo "verificar se o Município da Covilhã" cumpriu as regras de "endividamento e se apresenta uma gestão orçamental e financeira equilibrada e sustentável".
Esta auditoria também analisou se o município da Covilhã cumpriu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). | ----------
As conclusões deste relatório são arrasadoras para a governação financeira do município da Covilhã. ----------
Não nos surpreendem as conclusões desta auditoria. ----------
O PSD-Covilhã tem feito todos os alertas, para todas as falhas, violações e incumprimentos que a Inspecção Geral de Finanças detectou. ----------
Quando aqui analisámos a prestação de contas de 2017 afirmámos o seguinte: ----------
*"o **presente documento não respeita princípios básicos de rigor e credibilidade**".* ----------
O relatório da Inspecção-Geral de Finanças conclui o seguinte: ----------
"Falta de fiabilidade dos documentos de Prestação de Contas" ----------
acrescentando que, ----------
"os balanços do Município da Covilhã não reflectiam com inteira fiabilidade, a sua situação financeira ao nível do passivo exigível" (dívida). ----------

O PSD Covilhã afirmou em 2018 que os documentos não evidenciavam *"a redução de 40 milhões de euros de dívida"* como o Partido Socialista destacou na campanha eleitoral de 2017. ----------
Que credibilidade se pode dar a esta gestão socialista depois do que afirmámos e que agora confirma a Inspecção Geral de Finanças?? ----------
Que credibilidade se pode dar quando o relatório da auditoria comprova o *"incumprimento das regras da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) relativas a despesas de carácter permanente"?* ----------
Em resultado das opções tomadas pelo executivo socialista o Município da Covilhã apresenta um relevante *"risco para a evolução da dívida*". ----------
Este "risco", segundo a Inspecção Geral das Finanças, resulta ***"da eventual assunção como dívida a terceiros do valor reconhecido em acréscimo de custos e subsídios compensatórios à ADC – Águas da Covilhã"*** que no final de 2015 era de 4,2 milhões de euros*.* ----------

Todos estarão recordados do que dissemos em abril de 2018 sobre este problema: ----------

> *O Saldo de acréscimos de custos são essencialmente referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a ADC – Águas da Covilhã, E.M., relativas aos períodos de 2010 e de* ***2012 a 2017****.* ----------
> *O montante* ***acumulado*** *a 31 de dezembro de 2017 ascendia a quase* ***cinco milhões e meio de euros*** *(5.5 Milhões de euros).* ----------

Explicámos que esta foi a forma que a Câmara da Covilhã encontrou para retirar do perímetro da dívida *"uma gigantesca responsabilidade"* que hoje já ultrapassa os 6 milhões de euros. -----

Voltamos a perguntar e pergunta no documento a Inspecção Geral de Finanças quando é que os contratos destas responsabilidades são votados nesta Assembleia, cumprindo assim o estipulado na lei? ----------
No dia em que esses contratos forem presentes a esta Assembleia Municipal estes valores passam a constar como dívida nas contas do Município. ----------
Afinal dizem que reduzem a dívida mas o que fazem é esconder dívida utilizando as empresas municipais. ----------
A Inspecção-Geral das Finanças deixa o aviso sobre esta omissão de dívida. No dia em que for assumida como dívida esta ***"terá um impacto muito relevante na situação financeira da autarquia",*** conclui. ----------

Mas os alertas deixados pelo PSD Covilhã vêm do anterior mandato. ----------
O então deputado social-democrata João Nuno Serra explicou e alertou da violação da lei com a participação da ICOVI na empresa Águas da Covilhã. ----------
A Inspecção-Geral de Finanças escreve que "o Município da Covilhã continua a participar, de forma indirecta, na empresa Águas da Covilhã (por via da empresa municipal ICOVI) violando,

assim, o artigo 38º do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL) no qual também foi previsto que, no prazo de 6 meses após a entrada da lei (01 de setembro de 2012) *"as empresas locais devem alienar integralmente as participações por elas detidas nas demais sociedades comerciais".* ----------

Este relatório da Inspecção–Geral de Finanças sobre a situação financeira da autarquia revela uma absoluta incompetência na governação financeira do Município da Covilhã. ----------
Numa empresa, um relatório destes era despedimento por justa causa. ----------
Uma vergonha. ----------
Marco Aurélio Silva ----------
Membro da Assembleia Municipal da Covilhã." ----------

Excedido o tempo estipulado para cada Membro Municipal intervir, entregou à Mesa da Assembleia o documento que a seguir se dá, por integralmente reproduzido: ***(Doc.21)*** ----------

"RELATÓRIO DA AUDITORIA AO MUNICÍPIO DA COVILHÃ SOBRE O PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) ----------

A Inspecção-Geral de Finanças também realizou uma auditoria ao Município da Covilhã com o objectivo de verificar se cumpriu em 2015 com as obrigações e objectivos do Programa de Apoio à Economia Local, conhecido como PAEL. ----------
A adesão do Município da Covilhã ao PAEL aconteceu em 2012 tendo obtido um empréstimo de 2,8 milhões de euros (2 815 020,00) com uma maturidade de 14 anos. ----------
Em qualquer situação em que ocorre um empréstimo existem obrigações a que ficamos vinculados por via da obtenção desse empréstimo. ----------
Sobre essas obrigações a Inspecção Geral de Finanças escreve que houve uma ***"violação, em 2015, em termos absolutos, das obrigações a que o Município se vinculou com a adesão ao PAEL, designadamente ao nível da evolução da receita, stock da dívida ao que acresce o agravamento, em termos reais de forma muito negativa, da relação entre as referidas grandezas, situação que é sancionada em termos tutelares administrativos."*** ----------
A razia às obrigações contratuais continuam. ----------
"Incumprimento, em 2016, da obrigação de fixação da taxa máxima de IMI dos prédios urbanos, situação que é susceptível de implicar a cessação do contrato do PAEL" ----------
Este é o retrato de como os socialistas gerem a autarquia da Covilhã desde 2013: **desleixo** e **irresponsabilidade.** ----------
É previsível que o executivo socialista diga hoje que não subiu o IMI para a taxa máxima a pensar nos covilhanenses. ----------
Foi só uma questão de ir ver as declarações de um representante socialista na Assembleia Municipal para se perceber o que pensavam: "***entendemos que é uma proposta equilibrada, que vai ao encontro daquilo que são as necessidades e responsabilidades financeiras da***

autarquia e se adequa ao actual momento das Finanças Municipais". AMC – Ata 05.2015 – 25.09.2015 ----------

Na imprensa encontrei declarações do Presidente da Câmara que disse que ***"a decisão de manter os valores das taxas do IMI só foi possível graças ao caminho de contenção financeira que tem sido seguido e que evitou um saneamento financeiro que implicaria a obrigatoriedade de aplicação de taxas máximas".*** ----------

A obrigatoriedade de aplicar taxas máximas não dependia de nada do que V. Exas diziam mas apenas e só de cumprir o que estava no contrato. ----------

As decisões tomadas colocaram em risco a cessação contratual do PAEL por "incumprimento".

A Inspecção-Geral de Finanças esclarece no relatório que a ***"responsabilidade da práctica dos factos descritos é imputável ao Presidente da Câmara Municipal, que ao longo de 2015, detinha o pelouro financeiro, pelo que atendendo às funções que exercia, tinha a obrigação legal de promover e garantir o cumprimento dos objectivos a que a autarquia se vinculou, e assim prevenir e evitar a ocorrência das violações descritas".*** ----------

Apreciando o contraditório do Município da Covilhã é possível perceber-se que a autarquia argumenta no sentido de **"valoração da culpa".** É também essa a leitura da Inspecção-Geral de Finanças que entende que deve ser o Ministério Público a apreciar as decisões relativamente a incumprimentos contratuais desta natureza. ----------

A Inspecção Geral de Finanças avisa no relatório que deu seguimento ao processo para a instância própria que o deve apreciar. ----------

Este relatório da Inspecção Geral de Finanças esteve escondido desde dezembro de 2017. Percebe-se agora porquê. ----------

O risco de cessação contratual do PAEL e a sanção de perda de mandato a aplicar ao Presidente da Câmara Municipal foram os verdadeiros motivos que levaram a esconder este relatório durante 21 meses. ----------

Já este ano, o executivo socialista, contratou um novo empréstimo para liquidar o valor em dívida do empréstimo do PAEL. ----------

Vejam a justificação dada por um representante socialista na AMC para liquidar esse empréstimo: "***Desta forma ficamos livres deste garrote que representa este instrumento financeiro que tanto nos asfixiou e que permitirá uma maior liberdade nas opções que o executivo pretenda tomar doravante".*** Tiago Silva – 07.07.2019 – RCB. ----------

Em boa verdade percebe-se agora que o "garrote" estava à volta do pescoço do Presidente da Câmara da Covilhã que estava a **"asfixiar"** pela possibilidade de perda de mandato. ----------

O que os covilhanenses ficam a saber é que hoje pagam um empréstimo de longo prazo com pagamento de juros por causa da incompetência para gerir o pelouro das finanças do município!

Termino dizendo o seguinte: **Se são os covilhanenses a pagar com juros um empréstimo para que o Presidente da Câmara Municipal não fique sujeito a eventuais sanções, este executivo fica obrigado, a fixar o valor mínimo da taxas de IMI e Derrama do próximo ano.** ----------

Será a forma de justa de compensar os covilhanenses do que pagam ao banco para esconder a incompetência na gestão financeira do município da Covilhã. ----------

Marco Aurélio Silva

Membro da Assembleia Municipal da Covilhã.” ----------

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** disse ter ficado preocupado quando leu os relatórios da inspeção, tendo ido verificar o seu sentido de votação e a apresentação de declaração de voto.
Alertou que o referido nos relatórios, “principalmente o do endividamento”, devia “preocupar toda a gente, quer nos aspetos técnico que eles apontam, quer nos aspetos políticos da decisão (decisão da Câmara e da Assembleia Municipal). ----------
Há quem goste de bater no PS, mas eu também gosto de bater no PSD – o relatório refere um período em que a gestão é da responsabilidade do PSD e também refere que existe matéria para procedimento disciplinar a um dos titulares da época. É irrelevante porque, diz no relatório, já não se encontra nas mesmas funções. Também é referido! ----------
Claro que, na área do PAEL, o Senhor Presidente da Câmara é referenciado e está em “perigo”.
Também temos de encarar as atividades inspetivas com alguma normalidade porque também ajudam. Temos que utilizar as inspeções para aprender com elas, para fazer melhor, melhorar o serviço (sistema de controlo interno e outras recomendações). Eu encaro isso, no fundo, como tem que se aprender. ----------
Há decisões na área política que, de facto, me deixam preocupado e penso que deve haver aqui algum cuidado porque a inspeção existe e existem leis que é necessário cumprir. ----------
Em relação ao relatório do PAEL, eu tenho quase a vontade de dizer “ainda bem que não se cumpriu!” O PAEL quando foi aprovado aqui nesta Assembleia havia duas medidas. Diziam que esta medida (medida n.º 2) não implicava a aplicação máxima das taxas e que o Município até nem necessitava de estar a recorrer a esse financiamento (*os juros são baixos e é conveniente lá ir*). ----------
No fundo foi o PSD com o apoio do CDS que trouxeram a *troika* para a Covilhã que é o PAEL. O PAEL é o documento da *troika*. *Vocês produziram endividamento agora apliquem as taxas máximas de IMI, as taxas dos serviços prestados pela Câmara*, no fundo a filosofia *troikana*! ----
Nós votámos contra evidentemente. O bloco de Esquerda até se absteve! Não teve a coragem de votar contra! ----------
Ou seja, tudo aquilo que nós dissemos e afirmámos infelizmente aconteceu e, como esta Câmara ou a anterior foram jogando na corda bamba, o Senhor Presidente da Câmara ainda bem que não aumentou os impostos, as tarifas e as taxas ao máximo, mas caiu-se neste incumprimento.
O Senhor Presidente da Câmara já o sabia na última Assembleia Municipal porque o referenciou. Sabia perfeitamente dessa situação daí a antecipação do PAEL proposta pela Câmara Municipal e muito bem. Irá possivelmente colmatar e ultrapassarmos este problema, mas quero dizer ao Senhor Presidente da Mesa e à Câmara Municipal: eu não faria uma leitura leviana dos documentos; iria procurar aceitar em todo ou em parte a maioria das recomendações que são feitas; e tentar melhorar os documentos, como sempre o dissemos – Orçamentos empolados – os números não eram muito fiáveis como eles dizem aqui e é verdade. Nós sempre o afirmámos nos orçamentos e nas contas de gerência. Veio-se a confirmar que, de facto, tínhamos razão. --

Eu teria uma grande preocupação, quer ao nível do serviço, quer ao nível da decisão dos órgãos, porque a Assembleia Municipal também está aqui envolvida (há documentos que a Assembleia aprovou independentemente do posicionamento de cada um). A Assembleia Municipal aprovou um conjunto de documentos que nos vêm agora dizer os inspetores que *não são fiáveis/cometeram aí uma ilegalidade*. É que não foi só o Executivo! Fomos nós todos – a Assembleia Municipal também. Já disse aqui uma vez e repito: eu sinto esta Casa que todos somos os responsáveis nesta Casa para aquilo que dá certo e para aquilo que dá errado, apesar de, dentro de nós, cada um tem a sua posição. ----------
É esta atitude responsável que eu acho que o Executivo deve ter. Os próprios serviços também devem ter em conta essas recomendações para ver se a gente consegue melhorar face também ao olhar externo porque a inspeção veio com um olhar externo (de alguém que vem ver como estamos a funcionar), apesar de eu considerar que, muitas vezes, eles ultrapassam as suas competências limitando muito o Poder Local Autárquico." ----------

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** referiu que "o Partido Socialista, sobre este relatório, não tem a posição de desvalorizar ou de achar que isto não existe, mas, em termos de responsabilidade daquilo que é a governação municipal, não pode, nem deve fazer o alarmismo que aqui está a ser feito. ----------
Eu gostava de perguntar aos senhores Deputados, em primeiro lugar, se o relatório da inspeção que aqui temos é uma coisa anormal naquilo que é a gestão municipal quer desta Câmara quer das outras. ----------
Depois, saber se conhecem alguma Câmara que tenha sido fruto de uma inspeção e que não tenha tido um relatório com apontamentos e nuances em relação às questões técnicas que aqui se colocam. ----------
Eu não sou licenciado, nem especialista em Direito, mas procurei consultar alguns amigos inscritos na Ordem dos Advogados sobre isto e aquilo que me dizem é que, neste relatório, são feitas chamadas de atenção enquanto irregularidades técnicas daquilo que é as normas contabilísticas e de gestão da autarquia. Não são apontadas ilegalidades. ----------
Ilegalidades e irregularidades são coisas totalmente diferentes. ----------
Parece-me que aquilo que está aqui a ser feito pela Oposição é a tentativa de um aproveitamento político de um relatório que tem, evidentemente, chamadas de atenção. -------
Desde logo, alguns amigos, que estão ligados a autarquias locais há muitos anos e que conhecem bem este meio, dizem que não há uma Câmara que não tenha inspeções periódicas e que também não conhecem nenhum caso em que os relatórios, consequentes dessas inspeções periódicas, sejam imaculados. Aliás, responsáveis da DGAL que fazem estes relatórios dizem *se algum dia me aparecer um relatório destes a uma inspeção que não tenha apontamentos a fazer à autarquia em causa é porque o relatório não foi bem feito, é porque a inspeção garantidamente não foi bem-feita.* ----------
Percebendo aquilo que está a ser feito aqui pela Oposição que é de tentar cavalgar politicamente um assunto que acham que causa problemas e engulhos ao município, quero em nome da bancada do Partido Socialista dizer que, apesar de todas as circunstâncias e de todas

as dificuldades que o Município atravessou e que continua a atravessar nalguns aspetos, nós temos e reiteramos a total confiança na honestidade e na capacidade técnica, quer dos serviços da Câmara Municipal, mas da honestidade e da seriedade política do Executivo Municipal desta maioria e da maioria do anterior mandato. ----------
Nós confiamos e não temos dúvida nenhuma que tudo aquilo que tem sido feito, toda a gestão municipal como aliás, em vários pontos da conclusão destes dois relatórios, é dito que o Município tem. Os próprios auditores compreendem quando chamam à atenção para uma coisa que está tecnicamente menos bem-feita, vêm muitas vezes dizer que compreendem as justificações apresentadas e a razoabilidade das justificações apresentadas pelo município porque as circunstâncias que nós encontrámos a Câmara em 2013 são aquelas que todos sabem.
Quero dizer em nome da bancada do Partido Socialista que nós, não desvalorizando o assunto, temos consciência que aquilo que está a ser feito está a ser feito dentro da legalidade, naturalmente não escondendo que há irregularidades que são aqui assinaladas, e tranquilizar os Covilhanenses no sentido de que esta Câmara Municipal e esta maioria na Câmara Municipal governa com honestidade, dentro da legalidade e com sentido de responsabilidade daquilo que são os superiores interesses covilhanenses. ----------
E mais: demonstram aquilo que tem sido as contas que aqui temos aprovado e a atividade que vamos vendo na nossa cidade e naquilo que é o nosso concelho e, por isso, dizer Senhor Presidente da Câmara e à maioria que existe na Câmara Municipal que continuará a merecer a confiança da bancada do Partido Socialista.” ----------

--- O Senhor **Presidente da Câmara** disse compreender “que se queira fazer um alarido como se estivesse aqui uma coisa de suprema gravidade.” ----------
Situou a situação dizendo que estavam “a falar de uma inspeção feita às contas de 2015 porque disparou um alarme (foi contraído um empréstimo para pagar dívidas num montante de 2,8 milhões de euros e foi contratualizado por 14 anos em novembro de 2012). ----------
Na sequência do plano, há um plano de ajustamento ao qual temos que obedecer. Há regras que temos que cumprir. Eram condicionantes da nossa atividade financeira.” ----------
Referiu que, após a elaboração desse plano, entraram em vigor várias leis que alteraram as regras, tais como uma nova lei das autarquias locais, uma nova lei do setor empresarial local, a lei do fundo de apoio municipal e “caíram-nos em cima cerca de 15 milhões de euros nesse mesmo ano. Está aqui tudo documentado. E mais: os acordos de execução, que resultam da alteração à Lei das Autarquias Locais, logo em 2014 e 2015, nos caíram 600 mil euros no âmbito daquilo que são os acordos de execução com as freguesias. ----------
Por outro lado, 130 mil euros que pagámos de custas judiciais daquela aventura judicial que era a de reclamar para a Covilhã, como propriedade do Município, o Tribunal. ----------
Depois, resultante da atualização da lei do setor empresarial local, tivemos que dissolver a SRU e tivemos que internalizar e aí assumir a verba de 2,2 milhões de euros. ----------
Não estarão esquecidos que tínhamos um contencioso com a Associação de Municípios da Cova da Beira (2 processos – ambos com aproximadamente 1 milhão e 300 mil euros cada um).
E, depois, caíram-nos também em cima aquela sentença da Parq C de 8,7 milhões de euros. ----

Mas não ficou por aqui porque, entretanto, também veio o Parque de S. Miguel (1,2 milhões de euros) e, por termos que cumprir uma lei posterior ao ajustamento, veio o fundo de apoio municipal onde entrámos com mais 1,5 milhões de euros. ----------
Tudo isto perfaz a verba de 16.394.088 euros. ----------
É dada aqui a nota que os documentos que os nossos técnicos e os nossos serviços de contabilidade enviam para as entidades não são fiáveis. O relatório não diz isso! Diz apenas, numa parte, antes de mais *não refletia com inteira fiabilidade*. A situação financeira do Município não deixa de refletir com fiabilidade a realidade financeira do Município. Ela não é, por assim dizer, falsa. ----------
A acompanhar o ano de 2015 tínhamos os nossos técnicos, a DGAL (que controlava o cumprimento do plano de ajustamento do PAEL) e a comissão executiva do FAM. Nenhuma delas alertou para qualquer tipo de incumprimento! Não há aqui nenhuma ilegalidade. O que há aqui é desconformidades técnicas. O que eles fazem? Recomendações. ----------
É verdade que, do plano de ajustamento, constava a obrigatoriedade de subir impostos, taxas e licenças. Não subimos o IMI. A título de exemplo e argumentámos isso na defesa institucional que foi despendida, mesmo não tendo aumentado o IMI, conseguimos atingir uma receita superior àquela que era expectável se o tivéssemos aumentado. Nós cumprimos aquilo que era essencial. ----------
Há dados que são incontroversos e estou a falar do prazo médio de pagamento do Município da Covilhã. Quando cheguei à Câmara, o prazo tinha sido largamente ultrapassado, ou seja, em 31 de dezembro de 2012 o plano do PAEL impunha que pagássemos a 63 dias e pagávamos a 73. Em 30 de setembro de 2013 ("último exercício antes de eu tomar posse"), o PAEL era de 60 dias e a Câmara estava a pagar a 69. Logo no final do ano, dois meses após a tomada de posse, normalizámos o prazo médio – 60/60. Depois em 2015, o plano do PAEL impunha que a Câmara da Covilhã pagasse a 56 dias e nós pagávamos a 16 dias. Esses números não são nossos. São da DGAL. Neste momento, o PAEL obriga-nos a pagar a 52 dias e nós estamos a pagar a 9. ----------
Dito isto e acrescentando que, neste momento, estamos no percentil 127 no que diz respeito a endividamento (abaixo dos 150 que é a linha vermelha), está tudo dito! ----------
Isto é uma excelente *performance*. Aliás, há poucos municípios em Portugal que se podem gabar que estão a pagar a 9 dias. ----------
Isto é a prova provada de que não existe qualquer ilegalidade. Não há aqui um desvio. Só há desvio quando nós ultrapassamos 3 milhões de euros e nós ficámos no um milhão que nos salvaguarda de qualquer das consequências catastróficas que estavam a querer insinuar que possam acontecer. ----------
Cumprimos a lei. Estamos cientes das recomendações. Há coisas que temos, efetivamente, que afinar. O que temos que fazer é, de facto, seguir as recomendações.
Para as insinuações torpes que são feitas acerca da questão do PAEL, a taxa de juro do PAEL é de 2,56%. Sabem qual é a taxa que conseguimos renegociar? A taxa não chega a 1% (0,919%) e é essa a razão porque antecipámos o pagamento. Se nós podemos liquidar pagando uma taxa de 0,919%, continuávamos a pagar 2,56%? Isso é que era uma irracionalidade! ----------

Cumprimos e superámos os objetivos do PAEL e isso consta inequivocamente da defesa institucional que não dá margem para dúvidas. ----------
As questões que aqui estão são questões técnicas. Não são ilegalidades. Estamos de consciência absolutamente tranquila e prosseguiremos o nosso rumo." ----------

4.8 ARU – CENTRO URBANO DE VILA DO CARVALHO

--- Chegados a este ponto e apesar da Ordem de Trabalhos ter sido aprovada no início da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia, tendo em conta que os documentos relativos ao assunto tinham sido entregues na sessão, pôs à consideração dos Membros Municipais a retirada do assunto da Ordem de Trabalhos, tendo atribuída a palavra aos seguintes Membros Municipais:

--- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** informou que, apesar de ter sido aprovado pela Câmara Municipal de manhã e de a documentação ter sido enviada à Assembleia Municipal apenas na parte da tarde, "não cumprindo objetivamente aquilo que indicam os prazos do Regulamento, irregularidade que ficou sanada com a nossa votação no início da reunião", se tratava da aprovação de um conjunto de benefícios decorrente da ARU para quem pretendesse recorrer à reabilitação urbana na freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. ----------
Alertou para o facto de, não tomando uma decisão na presente sessão, "as pessoas que tenham processos em andamento de reabilitação não poderão aceder a estes benefícios que constam desta reapreciação da ARU enquanto ela não for deliberada na Assembleia. ----------
Da parte do Partido Socialista não há oposição a que este assunto seja votado hoje, mas deixa à consideração da Assembleia e das outras bancadas esta situação." ----------

--- Senhor **Prof. Bernardino Gata Silva (DNCCP)** disse: "a documentação não chegou a tempo e horas e dá-me a entender que estamos aqui a decidir como uma *panela de pressão*! Não pode ser assim! Hoje, a Assembleia correu muito bem, mas por favor há limites para que nós decidamos sem ser à *pressão*. É como se as coisas acontecessem, com alguma sábia subtileza, a esta hora." ----------

--- Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu que, "em conversações com o líder da bancada do De Novo Covilhã, achamos por bem optar pelo adiamento do ponto para a próxima sessão, por uma questão de manter a coerência naquilo que temos dito desde o início do mandato. O ponto não cumpriu os prazos de envio da documentação ao órgão e pelo qual nós opomos à votação." ----------

--- Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** concordou com a posição do Prof. Bernardino Gata Silva. Continuou perguntando "porque é que vem este documento hoje? Nós já aprovámos coisas parecidas em 2014! É preciso ver no que é que diferencia; porque é que vem este e não os outros (Paul, Boidobra, …). Se vão caducando, então os outros também caducaram (nós aprovámos todas na mesma data). ----------
Há aqui questões que necessitam de ser analisadas e mais cuidadas que é para a gente não cair nas desconformidades que a inspeção nos aponta!" ----------

--- Face às posições das bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiou este assunto para a próxima sessão da Assembleia Municipal. ----------

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Usou da palavra o Senhor Tiago Costa, Presidente da Assembleia de Freguesia de Boidobra, que, após apresentar cumprimentos, deu a seguinte nota: "Já não é a primeira vez que aqui venho a intervir e a questão surge sempre. Eu pedia encarecidamente que a Mesa esclarecesse isto, até para todos os Munícipes, relativamente ao momento em que é realizado o pedido de intervenção do público. Porque, já por duas vezes, fui alertado para a necessidade de apresentação do pedido de intervenção no início da Sessão. Contudo, o que o Regimento diz é que o pedido deve ser entregue com a devida antecedência, não diz que deve ser entregue no início da Sessão." ----------
De seguida solicitou os esclarecimentos que se transcrevem ***(Doc.22)***: ----------

"Nos termos do artigo 22.º e 28.º do Regimento Interno da Assembleia Municipal da Covilhã, venho requerer a palavra para intervir nesta Sessão da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia da Boidobra, solicitando esclarecimentos/informações por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira, sobre os seguintes assuntos: ----------

- Reabilitação, requalificação e manutenção da habitação social na Boidobra; ----------
- Implementação do projeto de ordenamento do trânsito na Rua Centro Paroquial; --------
- *Timing's* de intervenção na requalificação de arruamentos; ----------
- Política de reforço dos transportes públicos, numa perspetiva de maior integração territorial do concelho e de contributo para a melhoria das condições ambientais; -------
- Reforço da competitividade empresarial do concelho, através das forças vivas do Município, que se traduzam numa capacidade de desenvolvimento empresarial também das Freguesias do Concelho." ----------

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu as questões colocadas, pelo Senhor Tiago Costa, referiu que o acompanha nas preocupações e prosseguiu a informação dando-lhe

nota de que "na habitação social, vamos intervir em cerca de 200 casas. E, no que diz respeito à eficiência energética, temos candidaturas já aprovadas no valor de dois milhões de euros; ------
Ordenamento do trânsito - há que cumprir a deliberação de 2015, que visa colocar lombas, sinalização horizontal e vertical, naquele sítio; ----------
Requalificação dos arruamentos - vamos avançar em força com alcatroamento e reparações de buracos (aproveito esta oportunidade para dizer, aos Senhores Deputados Municipais, que vamos ter um equipamento dedicado, exclusivamente ao tapamento de buracos. É uma máquina própria para esse efeito, que tem que ser colocada em cima do camião, que é operada por três funcionários da Câmara a quem será dada formação); ----------
Transportes públicos - temos um Plano de Mobilidade, no qual se insere uma nova filosofia e uma nova política de transporte; ----------
Competitividade do Concelho – criando condições de atratibilidade - boa escola, vias de comunicação, condições às pessoas para permanecerem na Covilhã; ----------
Emprego – o Senhor Presidente da PARKUBIS veio aqui apelar para que encontrem pessoas para o *Call Center* da ALTICE. E, portanto, não estamos satisfeitos, queremos mais, é possível criar mais riqueza, trazer mais Empresas e criando mais emprego." ----------

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte e uma horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: ----------

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,